



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
CURSO DE JORNALISMO

MIRLA CLÁUDIA BEZERRA NOBRE

RELATÓRIO TÉCNICO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LIVRO-REPORTAGEM

‘BANCADA DO COCAR’

A representação das mulheres indígenas na Câmara dos Deputados

FORTALEZA

2022

MIRLA CLÁUDIA BEZERRA NOBRE

**‘BANCADA DO COCAR’: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo do
Instituto de Cultura e Arte da Universidade
Federal do Ceará, como requisito para
obtenção do Título de Bacharel em
Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Robson da Silva Braga

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N672b Nobre, Mirla Claudia Bezerra.
Bancada do Cocar : a representação das mulheres indígenas na Câmara dos Deputados / Mirla Claudia Bezerra Nobre. – 2022.
128 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Robson da Silva Braga.

1. Política. 2. Indígenas. 3. Eleições. 4. Mulheres. I. Título.

CDD 070.4

MIRLA CLAUDIA BEZERRA NOBRE
'BANCADA DO COCAR': A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Robson da Silva Braga

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

(Orientador)

Professor Dr. Robson da Silva Braga
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professora Dra. Kamila Bossato Fernandes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

M.a Juliana Alves Jenipapo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

FORTALEZA
2022

Agradecimentos

A produção deste livro-reportagem foi um desafio – pelo tema, pela coleta de informações em um curto período e por conciliar a produção com minha rotina de trabalho. Foi desafiador ser produtiva durante esse período intenso. Sou grata a quem me ajudou a não desistir quando senti que não conseguiria entregar a produção dentro do prazo. Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado tanta força no momento em que eu achava que já não tinha. Aprendi a me ouvir e a colocar o tempo no lugar certo durante a produção deste livro-reportagem. Agradeço imensamente ao meu professor orientador, Robson da Silva Braga, por ter aceitado este projeto e por ter me impulsionado a produzi-lo nos últimos meses e não ter desistido. Tive conversas importantes e palavras de amigos que me ajudaram a produzir este livro-reportagem. Sou grata a todos que me ajudaram nestes últimos quatro anos. Agradeço ao meu período de estagiária e repórter no jornal O Povo, que me fizeram crescer como jornalista, onde pude trabalhar com pautas sobre direitos humanos, além de um contato maior com a luta dos povos originários. Agradeço aos meus pais, principalmente à minha mãe, Ana Rosa Bezerra Nobre, por todo o suporte dado nesses últimos anos e por me mostrar a importância da defesa das minorias. Agradeço ao meu pai, Guilherme Nobre, por todo o carinho dado. Ao meu irmão, à minha cunhada e aos meus sobrinhos, por me acalmarem nos momentos difíceis. Aos meus melhores amigos, Paulo Victor e Ricardo Andrade, por serem minha válvula de escape nos momentos mais difíceis. Espero que esta produção possa trazer um alerta para a importância da ocupação dos povos originários no parlamento local e nacional, mas também de todas as minorias que precisam lutar pela sobrevivência no país.

Mirla Nobre

Resumo

O objetivo deste trabalho foi elaborar um livro-reportagem que apresenta, por meio de cinco capítulos, quem são as quatro representações femininas indígenas eleitas deputadas federais na Câmara dos Deputados em 2022 para a legislatura (2023-2026), como foi o processo eleitoral que as elegeu, quais são as bandeiras de cada parlamentar eleita e o que o Brasil e, principalmente, os povos indígenas podem esperar quanto às políticas públicas que promovam seus direitos à terra. Para a elaboração desse produto, foram adotados procedimentos metodológicos de entrevista em profundidade com especialistas e representantes indígenas e pesquisa qualitativa, por meio da consolidação de dados, principalmente público, para chegar a um resultado. Na construção do texto, foram utilizados os gêneros informativo e interpretativo, por meio dos quais foram compilados dados sobre o fenômeno observado e analisados tais dados à luz de contextualizações históricas, políticas e sociológicas.

Palavras-chave: política; mulheres; indígenas; eleições; livro-reportagem.

Sumário

1. Introdução	7
2. Justificativa	9
3. Objetivos	10
3.1 Objetivo Geral.....	10
3.2 Objetivos Específicos.....	10
4. O Livro	11
4.1 Lista de entrevistados.....	12
5. Projeto Gráfico	14
6. Referencial Teórico	19
7. Metodologia	21
8. Suporte Adotado e Estrutura	24
9. Considerações Finais	27
10. Referências Bibliográficas	28

1. Introdução

Desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras, em 1500, a vida dos povos indígenas passou a ser ameaçada, por meio de invasões territoriais, da exploração dos recursos naturais, da negação das práticas culturais e da negação dos corpos dos povos originários. Esse cenário se manteve inalterado por séculos, como apontam as pesquisas de historiadores, sociólogos e antropólogos e como é ressaltado pelas inúmeras lideranças indígenas que hoje atuam no país.

Os direitos dos povos originários só foram assegurados, em parte, pela Constituição Federal de 1988. De lá para cá, quando a pauta se refere aos direitos dos povos originários, as tomadas de decisão não são discutidas por quem, de fato, tem o conhecimento sobre os locais por eles habitados. São eles, os povos originários que conhecem cada pedaço do Brasil por serem os primeiros habitantes deste país.

A cada gestão federal, o movimento indígena se mobiliza em prol de políticas de demarcação de terras e de combate a invasões, e explorações indevidas da terra e ao desmatamento. No entanto, para que isso seja intensificado, torna-se urgente a representação indígena dentro dos espaços de poder, para as tomadas de decisões e, principalmente, para defender seus direitos na condição de povos originários.

Após anos de uma processual mobilização política, as eleições de 2022 registraram uma significativa representação dos povos indígenas na Câmara dos Deputados, conquistada por meio da forte atuação de lideranças do movimento e das alianças políticas estabelecidas nacionalmente.

O grupo eleito em 2022 vem formando, desde 1º de fevereiro de 2023, aquela que já está sendo denominada como “Bancada do Cocar”. Ao todo, são cinco indígenas eleitos deputados federais: Sônia Guajajara (Psol-SP), Célia Xakriabá (Psol-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo Guedes (PT-MG) e Silvia Waiãpi (PL-AP), sendo a maioria formada por mulheres. Apesar das suas representações e divergências, elas devem levar a pauta indígena ao centro dos debates do Congresso Nacional, buscando garantir os direitos dos povos originários por meio do sistema político brasileiro.

Este livro-reportagem apresenta quem são essas quatro representações femininas, como foi o processo eleitoral que as elegeu, quais são as bandeiras de cada parlamentar eleita em 2022 e o que o Brasil e, principalmente, os povos originários brasileiros podem esperar quanto a políticas públicas que promovam seus direitos à terra. Historicamente excluídos dos cargos de poder, os povos indígenas agora se fazem presentes, de modo coletivo, na atual

legislatura (2023-2026), apontando para um possível avanço quanto às suas conquistas e aos estigmas que maculam os povos originários.

O processo de apuração jornalística deste livro-reportagem contou com a coleta de dados públicos e com o acesso a documentos e periódicos, como artigos científicos, livros e conteúdos veiculados na imprensa, em jornais como Folha de S.Paulo, G1, Estadão, Mídia Ninja, O Povo e O Globo, além de entrevistas com representantes indígenas no Ceará, entre eles antropólogos, sociólogos, psicólogos, professores e lideranças que estão à frente do movimento indígena no Estado.

Os dados públicos foram extraídos por meio do portal de dados abertos do Sistema de Estatísticas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A reportagem tentou contato com as quatro deputadas apresentadas no decorrer dos capítulos (Sônia, Célia, Juliana e Silvia), mas, diante da agenda das parlamentares eleitas, não foi possível a realização das entrevistas.

Ao todo, este livro-reportagem traz cinco capítulos abordando o contexto histórico e social das personagens; uma breve história da representação dos povos indígenas na política brasileira; a inserção da mulher nas tomadas de decisões, a exemplo da conquista do voto; o uso das mídias sociais nas campanhas eleitorais das personagens; o modo como a imprensa pautou a questão indígena durante as eleições de 2022; e uma breve história dos povos originários no Brasil e de suas conquistas políticas até os dias atuais.

A Bancada do Cocar: a representação das mulheres indígenas na Câmara dos Deputados surge para reforçar o alerta da sub-representação dos povos originários, principalmente das mulheres, nos cargos de poder na política brasileira. Apesar dos avanços nas eleições de 2022. Um local em que surge a urgência da ocupação dos povos indígenas em cargos políticos para defender seus territórios, seja na implantação de leis ou no combate daquelas que possam atacar seus direitos. A produção também busca entender o que esperar nos próximos anos de legislatura no Congresso Nacional.

2. Justificativa

Este projeto é introduzido dentro do campo da Comunicação e, de modo mais específico, no Jornalismo por ter grande notoriedade, ou seja, ser considerado de alto grau de interesse, principalmente devido aos últimos anos de um governo que mais atacou os direitos dos povos originários. Devido a isso, a notoriedade do assunto entra em pauta como um dos valores-notícias do Jornalismo. O tema tem como enfoque a construção da Bancada do Cocar, a bancada indígena na Câmara dos Deputados, que bateu recorde histórico nas eleições de 2022 de candidatas indígenas eleitas para o parlamento a partir de 2023.

O livro poderá servir como análise do avanço dos povos originários na política brasileira, além de colaborar para o reconhecimento da existência e intensificação das lideranças indígenas existente nos pais que buscam combater todo e qualquer tipo de ação que colocam a sobrevivência dos povos originários em risco, já que o governo Bolsonaro colocou em risco a existência dessa população por meio de aprovação e a favor de medidas de projetos anti-indígenas, como o Marco Temporal, que defende uma alteração na política de demarcação de terras indígenas no Brasil. A medida é uma tese jurídica que propõe que sejam reconhecidos aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal de 1988. Caso a medida seja aprovada, inúmeros indígenas poderão deixar de existir devido a possibilidade no avanço de invasões de terras pela falta de proteção dos seus territórios, ou seja, a não demarcação.

Nas eleições de 2022, a candidatura dos povos originários bateu recorde, a maioria formada por mulheres, que concorreram nas eleições de outubro, em uma reação contra as políticas do presidente não reeleito Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL). O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 59 candidatos indígenas para a Câmara dos Deputados e o Senado, incluindo 31 mulheres registradas nas disputas para os cargos. O resultado, divulgado no dia 2 de outubro, mostrou que cinco indígenas foram eleitos para a Câmara, como deputados federais, sendo quatro mulheres declaradas indígenas - o maior número já registrado. A partir dos resultados, este livro reportagem, que utilizou a coleta de dados públicos para informar em dados, a comprovação do avanço dos povos originários na política brasileira.

Enquanto jornalista e, principalmente como repórter, que busco questionar, ouvir, coletar informações, pesquisar, divulgar, informar e tornar público informações que possam ir na contra-mão dos direitos humanos, tomo para mim a função de ser agente dessas ações em busca de alertar para o que acontece no país, seja no âmbito local como nacional.

3. Objetivos

3.1 Geral

Elaborar um livro-reportagem sobre a representação das mulheres indígenas na Câmara dos Deputados a partir do resultado das eleições de 2022, onde vem formando a então chamada Bancada do Cocar ou Bancada Indígena no Congresso Nacional.

3.2 Específicos

- Coletar dados, especificamente públicos em bancos abertos de órgãos públicos, sobre as eleições de 2022, com enfoque nas candidaturas dos povos indígenas;
- Compreender o processo do aumento da representação das lideranças indígenas nas eleições de 2022, com destaque para as deputadas federais eleitas;
- Relatar o processo eleitoral de cada uma e propostas a serem trabalhadas no Congresso em 2023;
- Entender a construção e conquista dos povos indígenas até as eleições de 2022;
- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema;
- Entrevistar as quatro personagens abordadas no livro, o que não foi possível devido à agenda de compromissos das parlamentares eleitas após o resultado das eleições;
- Entrevistar lideranças indígenas, antropólogos, sociólogos, psicólogos e pesquisadores locais e nacionais.

4. O livro

Inicialmente, após a pesquisa e a revisão de bibliografia, foram realizadas coleta de dados públicos, entrevista com 8 fontes, entre 20 contactadas, entre representantes indígenas, antropólogos, sociólogo(a)s, psicólogos e pesquisadore(a)s no Ceará e apuração de conteúdos veiculados na imprensa brasileira para poder compreender e realizar a construção deste livro-reportagem.

O livro-reportagem se estrutura em cinco capítulos. O primeiro busca introduzir o tema para a importância de aldear a política, ou seja, de saber e destacar a representatividade dos povos originários na política brasileira. Diante disso, são apresentados as quatro personagens do livro, destacando os principais fatos que marcaram a campanha eleitoral, além do contexto sócio-cultural e histórico. As personagens são: Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Juliana Cardoso e Silvia Waiãpi.

O segundo capítulo destaca a ausência das mulheres na Câmara dos Deputados, trazendo um comparativo de dados de candidaturas, por meio de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além de uma linha do tempo informando sobre os primeiros nomes indígenas a ocuparem as cadeiras na Câmara dos Deputados. Também é abordado uma breve história das conquistas dos direitos das mulheres ao longo dos anos, como o poder de votar. Neste capítulo, o leitor pode verificar os dados com infográficos para auxiliar na compreensão do cenário da construção da representatividade indígena no Congresso Nacional.

O capítulo seguinte aborda como as pautas indígenas foram divulgadas na imprensa durante o período eleitoral, de agosto a outubro de 2022, tendo como recorte a publicação das pautas em três veículos jornalísticos: Jornal O Povo, Jornal Folha de São Paulo e Jornal O Estado de São Paulo, o Estadão. O quarto traz o processo eleitoral de cada personagem, principalmente atuação delas nas redes sociais, como foi o contato das parlamentares na mídia, quais recursos foram utilizados e o contato com o eleitorado. O último vem como uma viagem ao tempo para falar da história dos povos originários, as primeiras conquistas e as lutas no combate aos direitos de sobrevivência no país ao longo dos anos. Cada capítulo é composto de fotografias, algumas cedidas e outras de divulgação, por meio das redes sociais de cada personagem tratada nesta produção.

4.1 Lista de entrevistados

<p>Juliana Alves</p>	<p>Cacika Irê do povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará</p>
<p>Ceição Pitaguary</p>	<p>líder indígena povo Pitaguary, em Maracanaú, no Ceará, e titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Governo Federal</p>
<p>Climério Anacé</p>	<p>Cacique da aldeia Japuaara, do povo Anacé, em Caucaia, no Ceará</p>
<p>Thiago Harley Anacé</p>	<p>Professor indígena, mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e liderança indígena do povo Anacé</p>
<p>Janaina Jenipapo</p>	<p>Estudante de licenciatura intercultural indígena, comunicadora e artesã, Janaína Jenipapo, do povo indígena Jenipapo-Kanindé</p>
<p>James Moura</p>	<p>Psicólogo, pesquisador do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) em Saúde Mental Indígena e professor da Unilab</p>
<p>Glória Potyguara</p>	<p>Liderança indígena do povo Potyguara, em Jucás, no Ceará, e integrante da Amice.</p>

Rosinha Potyguara	Cacique da aldeia Jucás, do povo Potyguara, e integrante da Amice
--------------------------	---

A realização das entrevistas, principalmente de fontes de especialistas indígenas, pode formar o conteúdo do livro-reportagem de forma mais analítica. A entrevista com a titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, Juliana Alves, trouxe uma visão da importância de “aldeia a política”. A análise da representante estadual consta na seção “Entrevista” no formato ping-pong com perguntas e respostas. Além disso, o seu posicionamento sobre a representação indígena também é inserido ao longo de outros capítulos do livro, como na introdução, na página 10, que destaca sobre as parlamentares eleitas para à Câmara dos Deputados.

As declarações da titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Governo Federal, Ceiza Pitaguary, foram utilizadas no tópico que trata da ativista Sônia Guajajara, em que destacou o avanço do protagonismo feminino na política brasileira. A sua análise também consta no texto sobre a criação do Ministério dos Povos Indígenas e Funai, localizados no capítulo 1. O líder indígena Climério Anacé contribui destacando no capítulo 2 a importância de representantes indígenas anteriores para o avanço do protagonismo atual dos povos indígenas. O professor indígena Thiago Harlley Anacé destacou no tópico sobre o Congresso Conservador, no capítulo 1, a preocupação desta configuração.

A análise da estudante de licenciatura intercultural indígena foi utilizada no capítulo 5, que trata sobre os primeiros habitantes, conflitos e conquistas, e pontuou sobre a falta ainda do reconhecimento dos povos originários. No capítulo 1, as declarações do psicólogo e pesquisador do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) em Saúde Mental Indígena, James Moura para tratar dos impactos positivos da alta representação das mulheres indígenas na Câmara em 2023. Por fim, as declarações das lideranças indígenas Glória e Rosinha Potyguara aparecem no capítulo 1 e 5, respectivamente. Ambas destacaram a importância da criação das novas pastas com atenção aos povos indígenas, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a reconfiguração da Funai.

5. Projeto Gráfico

Os seguintes elementos compõem o projeto gráfico do livro-reportagem em questão: a diagramação, a escolha das famílias tipográficas, a escolha de paleta de cores, as ilustrações (imagens e fotos), bem como a sua distribuição de elementos gráficos na folha. O projeto gráfico serve também para dar fluidez à leitura e transmitir informações por meio da comunicação visual. Abaixo estão os conceitos técnicos que fazem parte da construção do livro.

Dados técnicos:

- Páginas: 86 páginas diagramadas
- Suporte: Impresso
- Tamanho: A4 - 14 x 21
- Primeira à esquerda no parágrafo: 1 cm
- Tipografia: Gill Sans MT Font (título na capa - tamanho 68 pt) /
- Garamond Bold (nas páginas de abertura - tamanho 40 e 20 pt Sumário e Introdução)
- Garamond Regular (texto - 12 pt / informações adicionais - 12 pt) / Garamond Bold (títulos dos capítulos - 30 pt / subtítulos - Garamond Regular - 20pt)
- subtítulo da capa título e autora - 12 pt) / Garamond Bold
- (legenda das fotos - 8 pt / Garamond Regular)
- Subtítulos nos capítulos - (Garamond Bold - 14pt)
- Numeração das páginas - (Garamond Regular - 10pt)
- Capitulares: 4 linhas (Garamond Regular)
- Espaço entre linhas: 14,4 pt
- Software utilizado: Adobe Indesign 2018 / Adobe Photoshop 2020
- (textos/capa) - RGB #ffe401 - C: 3 / M: 5 / Y:91 / K:0
- (textos/capa) - RGB #ffffff - C: 0 / M: 0 / Y: 0 / K:0
- (capa/capitulos) - RGB #000000 - C: 0 / M: 0 / Y: 0 / K: 100

A capa (figura 1) do livro possui foto da personagem Sônia Guajajara realizada pelo fotógrafo Léo Otero. Para ter um contraste entre a foto e a cor da fonte escolhida, no caso a amarela, resolvi deixar a fotografia no formato preto e branco. O corpo do texto consta na cor preta, a cor da fonte branca aparece nos créditos das fotos das personagens no Capítulo 1. A cor verde foi utilizada para o preenchimento dos quadros informativos (figura 6) ao longo do livro e na seção (figura 5) de entrevista com a titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, a liderança indígena Juliana Alves – Cacica Irê de seu povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, cidade na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará, localizada na página 88. O livro também contém elementos gráficos como fotografias coloridas e infográficos (figuras 2 e 3).

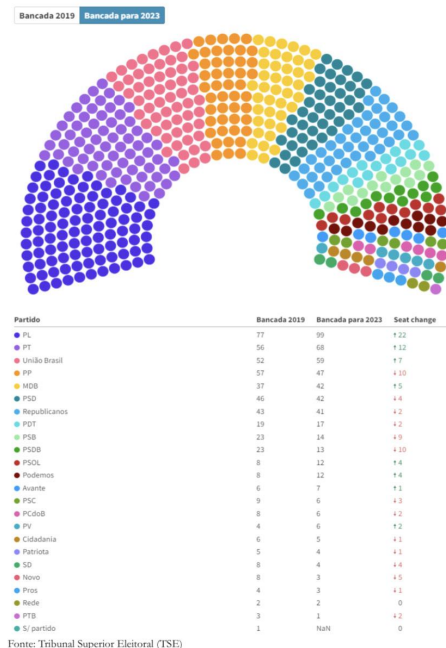


(Figura 1)

Capa do livro “Bancada do Cocar”

que vão de encontro aos interesses dos povos indígenas, mas que será preciso muita capacidade de articulação, de negociação e evitar que a nossa voz não seja regredida a um segundo plano”, pontua.

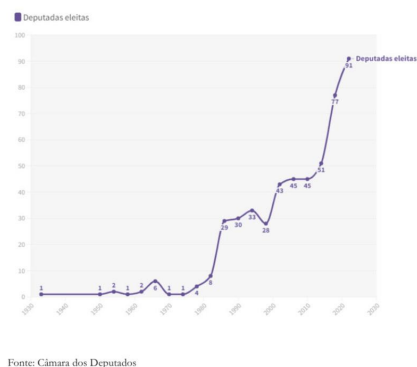
A configuração da Câmara dos Deputados em 2023



(Figura 2)

A mobilização do movimento das mulheres indígenas se deu, inicialmente, devido às resistências dentro dos seus povos. Antigamente, as comunidades eram controladas por homens, devido à divisão do trabalho. No entanto, Verdun defende que a mobilização das mulheres ocorreu em virtude das exigências das políticas públicas para seus povos. A parlamentar eleita Célia Xakriabá, durante a palestra Mulheres indígenas, resistência e protagonismo, realizada na Universidade de Brasília, em 2018, e exibida no Youtube, destacou que os diversos movimentos políticos de resistência das mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política.

Como está a bancada feminina e indígena na Câmara



(Figura 3)

Infográficos informativos elaborados pela autora e constam nas páginas 39 e 53

demarcação das terras indígenas, desmatamento, garimpo ilegal e invasões nas terras dos povos originários do Brasil.

No jornal O Povo, o periódico que possui versão impressa e online publicou 14 matérias com assuntos relacionados às pautas indígenas. Já a Folha de S.Paulo publicou nove textos acerca dos temas. Por sua vez, o Estadão liderou o ranking, com 21 textos publicados no período eleitoral que abordaram as questões indígenas. Para a seleção das matérias a serem analisadas, foram utilizados como termos de busca nas páginas eletrônicas dos jornais as seguintes palavras, assim como suas variações gráficas: “indígenas”, “terras indígenas”, “povos indígenas” e “povos originários”.

Veículo	Agosto	Setembro	Outubro
Folha de São Paulo	3	6	0
O POVO	5	9	0
Estadão	6	14	0

Fonte: Miria Nobre - Criado com Datawrapper

Marco Temporal e demarcação das terras indígenas

Entre as principais lutas dos povos originários está a defesa dos seus territórios e o combate contra as invasões nas regiões, tendo como principal ameaça a aprovação do Marco Temporal. A medida é uma tese jurídica que surgiu após uma decisão de 2009 do Supremo Tribunal Federal (STF). Na época, de acordo com o portal Poder360, a Corte julgava a quem pertenceria de direito à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima. Os ministros, na época, conforme divulgado pela imprensa brasileira, decidiram a favor do povo indígena, argumentando que eles estavam nas terras no dia da promulgação da Constituição de 1988. Devido a esse episódio, começou a ser discutido se os povos indígenas também tinham o direito de reivindicar terras não ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988, data que passou a ser chamada de “Marco Temporal”.

A tese do Marco Temporal, do STF, propõe que sejam reconhecidas aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da atual Constituição

(Figura 4)

Tabela feita a partir de coleta de dados, localizada na página 58



Juliana Alves é titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará Foto: Reprodução/Instagram

ENTREVISTA

“Precisamos ocupar o espaço da política no Brasil”

Em entrevista concedida para este livro-reportagem, a mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, a liderança indígena Juliana Alves – Cacica Irê de seu povo Jenipapo-Kanindê, em Aquiraz, cidade na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará – analisa a importância da ocupação dos povos originários nos parlamentos local e nacional.

Juliana destaca que a política partidária não foi pensada historicamente para as mulheres nem para os povos indígenas. Para ela, este é um desafio que precisa ser superado. A liderança indígena cearense considera que, das quatro mulheres indígenas eleitas em 2022 para a Câmara Federal, apenas duas delas – Célia Xakriabá e Sônia

88

(Figura 5)

Seção de entrevista no formato ping-pong, localizada na página 88

Principais fatos sobre os Povos Indígenas no Brasil

1500 - Na chegada dos portugueses ao Brasil, os indígenas não eram considerados humanos e sofreram diversos tipos de violências no processo de colonização.

1611 - A Carta Régia foi a primeira norma que concedeu algum direito aos indígenas. Ela assegurou aos povos originários o direito à propriedade e o direito de ir e vir.

1910 - O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criado como missão proteger os indígenas de ataques e integrá-los à sociedade. Pela primeira vez, as políticas indigenistas ficaram sob responsabilidade do Estado, e não de instituições religiosas. A SPI deu lugar à Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967.

1988 - A Constituição Federal, a Carta Magna da Nova República, estabeleceu que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

2021 - O Marco Temporal defende que os indígenas precisam comprovar que ocupavam a terra no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal em vigor. O julgamento da medida está paralisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) atualmente.

Fonte: Supremo Tribunal Federal (STF), Planalto, Câmara dos Deputados e Senado Federal

87

(Figura 6)

Quadro informativo com preenchimento verde e fonte na cor branca

Gill Sans MT Garamond Bold

Garamond Regular *Garamond Italic*

(Figura 7)

Família tipográfica do livro



(Figura 8)

Paleta de cores do livro

1. (Capa): RGB #FBE204 - C: 4 / M: 5 / Y: 100 / K: 0
2. (Preenchimento capítulos): RGB #000000 - C: 0 / M: 0 / Y: 0 / K: 100
3. (Quadro informativo 1): RGB #90BB90 - C: 47 / M: 10 / Y: 53 / K: 0
4. (Quadro informativo 2 e título Seção Entrevista): RGB #407E3C - C: 78 / M: 29 / Y: 100 / K: 14
5. (Quadro Lista de Entrevistados): RGB #7F7F80 - C: 52 / M: 44 / Y: 43 / K: 8

6. Referencial Teórico

A civilização “branca”, principalmente a europeia, deixou marcas que ainda não se cicatrizaram, principalmente entre os povos indígenas, negros e quilombolas. É a partir desse sentido atrelado à expansão dos territórios e os prejuízos da cultura e do modo de vida dos grupos que habitavam o Brasil antes da chegada dos portugueses que coloca em debate e intensifica a pesquisa de antropólogos e cientistas sociais preocupados com o desrespeito aos direitos ancestrais, como os dos povos indígenas.

Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, o processo de colonização foi destacado como um “desencontro de culturas”. Esse desencontro foi caracterizado pelas violências que os povos indígenas sofreram durante o processo de colonização. Além dos casos de violência, os povos originários também sofreram pelas doenças trazidas pelos europeus, entre elas a gripe, sífilis e tuberculose. O doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Leandro Carvalho traz uma reflexão, em publicação no portal Mundo Educação, sobre o encontro ou desencontro de culturas entre os povos indígenas e os portugueses.

Segundo Leandro, a história dos povos indígenas é marcada pela brutalidade, escravidão, violência, doenças e genocídio. No primeiro século de contato entre os portugueses e os povos originários, parte dos indígenas morreu em virtude de doenças trazidas pelos colonizadores. É esse primeiro cenário da civilização “branca” no Brasil que ainda aparece em atividade anos depois, com foco no extermínio dos povos originários.

O cientista social e doutor em Antropologia, Ricardo Verdum, trouxe uma análise, em junho de 2022, que auxiliou na produção deste livro. O antropólogo destaca que uma das principais lutas dos povos originários, principalmente das atuais representações indígenas, é a mudança no governo brasileiro. Verdum cita, em um artigo publicado no portal Combate ao Racismo Ambiental, em junho de 2022, que as políticas de Jair Bolsonaro voltadas aos povos indígenas, principalmente a população que vive em isolamento voluntário, a exemplo do caso do povo Yanomami, na Amazonas, tiveram um objetivo específico: facilitar a limpeza étnica nos territórios em que habitam. Ele cita que “foram sistematicamente eliminadas quaisquer evidências que justificassem a necessidade de protegê-los daqueles que querem, legal ou ilegalmente, ocupar, explorar e comercializar essas áreas e seus recursos naturais”.

O processo histórico das afirmações legais do direito dos povos indígenas brasileiros à terra é uma problemática desde a chegada dos portugueses no Brasil. O problema em questão é grave pois é marcada por violência contra os povos tradicionais, entre os atos de

violência estão a morte, seja por assassinatos ou doenças, além de casos de estupro contra mulheres e crianças, dos que resistem e lutam pela garantia do acesso e usufruto dos bens naturais. É diante disso que surge a importância da ocupação das lideranças indígenas dentro das decisões de poder para garantir que nenhum direito aos povos originários seja retirado ou atacado.

O antropólogo Gersém Baniwa, em seu livro *O Índio Brasileiro: O que Você Precisa Saber sobre Os Povos Indígenas no Brasil Hoje* (2006), traz os principais pontos que envolvem os povos indígenas no país, debatendo temas como diversidade cultural, organização tradicional, territorialização, cidadania, educação e saúde indígenas. A partir desse amplo debate é possível compreender as reivindicações ao longo dos anos dos povos tradicionais, além das demandas atuais que estão em debate entre as lideranças indígenas e que devem chegar no cenário político para as tomadas de decisões e construção de políticas para defender os direitos dos povos originários.

7. Metodologia

Na produção deste livro-reportagem, foi utilizado o formato de pesquisa qualitativa, por meio da consolidação de dados, principalmente público, para chegar a um resultado. A análise de dados nesta reportagem revelou um cenário preocupante para os próximos anos na política brasileira, devido ao formato em que está a Câmara dos Deputados, configurado em maioria por figuras alinhadas ao conservadorismo e, por consequência, preocupa o debate das pautas indígena.

Também foi utilizada a pesquisa exploratória. Esse método se preocupa em identificar algumas situações que contribuem com a causa ou consequência de um fenômeno. Por fim, a terceira e última metodologia foi a pesquisa bibliográfica, feita por uma coleta de dados em artigos científicos, livros, revistas e veículos de comunicação.

Na construção do texto, foram utilizados os gêneros informativo e interpretativo, por meio dos quais foram compilados dados sobre o fenômeno observado e analisados tais dados à luz de contextualizações históricas, políticas e sociológicas. Por meio do uso do formato reportagem, foi possível tecer análises mais aprofundadas sobre um tempo político de alta complexidade.

O procedimento da entrevista foi utilizado para a coleta de informações e análises de pesquisadores, especialistas e membros de lideranças indígenas locais e nacionais. A entrevista foi feita por meio de ligação telefônica com a captura de áudio. Ao todo, 8 entrevistas foram realizadas, com cinco perguntas sobre o tema. As conversas duraram entre 15 a 32 minutos. Em seguida, cada conteúdo foi decupado e transcrito com recorte dos principais pontos analisados e em seguida escrito no livro-reportagem. Um dos principais objetivos na construção do livro era a realização de entrevista com as quatro personagens do livro. A reportagem tentou inúmeras vezes a concretização das entrevistas em contato com assessoria de imprensa das personagens. Entre as quatro, apenas Silvia Waiapi não retornou. As demais, as assessorias tentaram encaixar um horário com as parlamentares eleitas, mas as entrevistas não foram realizadas devido a agenda das personagens.

Os contatos das assessorias de imprensa de Célia Xakriabá, Juliana Cardoso e Sônia Guajajara ocorreram pela disponibilização dos números de contatos e e-mails da equipe nos portais das campanhas eleitorais das candidatas eleitas. Por outro lado, a tentativa de contato com Silvia Waiapi aconteceu por mensagens no direct na rede social Instagram, o que não foi respondido. A candidata eleita não tinha um portal de transparência para o acesso à assessoria de imprensa, por exemplo, o que dificultou o contato com a personagem. No contato,

expliquei nas mensagens de forma direta o objetivo da entrevista e sobre a pesquisa. Ao me referir às personagens, utilizei os termos “parlamentar eleita”, “candidatas eleitas” e “liderança indígena”. Em relação à população indígena, me limitei apenas a quatro termos: povos indígenas, população indígena, povos originários e povos tradicionais.

Na pesquisa, acessei documentos disponibilizados nos portais oficiais do Superior Tribunal Federal (STF), do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. No portal do Planalto e Senado, acessei todos os documentos das Constituições do Brasil. Foi possível o acesso a todas as sete Constituições, de 1824 a 1988. A coleta de dados para uma análise sobre a presença dos povos indígenas, principalmente das mulheres, foi realizada a partir dos dados estatísticos do portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em uma página específica de estatística, há informações sobre número de candidaturas desde 2008, onde foi possível filtrar as candidaturas por região, idade, etnia e cargos. Foi possível também acessar os projetos de lei que pautam os direitos dos povos originários que tramitam na Câmara dos Deputados e combatem pela sobrevivência no país, mas também os que ameaçam a população.

Entre eles o Projeto de Lei (PL) 490/2007, do deputado Homero Pereira (PR-MT), que busca determinar que terras indígenas sejam demarcadas por meio de leis. O Projeto de Lei 191/20 regulamenta a exploração de recursos minerais, hídricos e orgânicos em reservas indígenas. A PL da Grilagem. O projeto de lei 2633/2020 trata da regularização fundiária de imóveis da União. Um dos argumentos contrários ao texto é que estimula a grilagem de terras, por permitir a destinação de terras públicas federais de até 2,5 mil hectares sem licitação com preços abaixo do mercado a invasores de áreas.

Também realizei pesquisa em jornais e documentos, acessando leituras sobre povos indígenas, representações sociais, identidade, história do Brasil, política brasileira, a história da política no Brasil, a presença das mulheres na política e a luta histórica das mulheres pela igualdade de direitos. Todos os documentos foram acessados por meio da veiculação em portais online.

Dentro da metodologia da reportagem, fiz uma pesquisa bibliográfica, acessando livros e artigos científicos. Entre as obras acessadas, de forma online, estão *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*, de 2008, do antropólogo Ricardo Verdum. O livro *Mulheres, Raça e Classe*, de 2016, da filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense, Angela Davis. Entre os artigos, estão: Uma Mulher Indígena: notas sobre a participação de Sônia Guajajara nas eleições presidenciais de 2018, das jornalistas Ananda Louzeiro de Souza, Ana Shirley Penaforte Cardoso Otacílio do Amaral Filho, *A Participação Feminina*

Na Política: Análise do Desenvolvimento dos Movimentos Sufragistas, Janaina Magalhães Fernandes Oliveira e demais obras e artigos.

O formato reportagem ajudou a investigar, sob diversas perspectivas, os eventos que resultaram nas eleições de representantes indígenas e, conseqüentemente, na composição da Bancada do Cocar na Câmara dos Deputados em 2023.

8. Suporte Adotado e Estrutura

O suporte adotado para esta produção jornalística foi o livro-reportagem, que terá veiculação online. A possibilidade do virtual pode abranger vários tipos de linguagens, como a de infográficos interativos, fotos, vídeos e demais recursos. Neste livro, é revelado acontecimentos relevantes da história do Brasil, de acordo com fatos históricos, principalmente em relação aos povos originários.

Para Belo (2006), uma das características mais marcantes do livro-reportagem é o mergulho profundo e detalhado dos fatos, personagens e situações que outros veículos jornalísticos não conseguem oferecer. É ter uma visão mais ampla do tema apurado. Afinal, “por não ser tão imediatista quanto à cobertura midiática, o livro normalmente abre espaço para abordagens diferentes, originais, criativas e menos urgentes” (BELO, 2006, p. 42).

O livro-reportagem foi dividido em cinco capítulos com tópicos e elementos gráficos, como fotografias, infográficos e quadros informativos, e texto expositivo. A capa do livro possui fotos do fotógrafo Leo Otero, publicadas nas suas redes sociais em julho de 2022. A escolha da foto, em que mostra a personagem Sônia Guajajara, se deu pelo impacto no olhar firme e direto que a personagem traz. Na divisão dos capítulos, optei por utilizar uma página inteira com preenchimento na cor preta para fazer a divisão de cada capítulo, com título e subtítulo. A escolha dessa divisão e da estrutura textual com a inclusão de tópicos buscou trabalhar diversos temas importantes sobre o assunto sem confundir o leitor, além de buscar uma boa organização textual.

A estrutura de todo o livro traz informações relevantes acerca do tema para tentar prender a atenção do leitor logo no começo de cada capítulo. A utilização de fotografias, infográficos e quadro foi para, além de ilustrar o assunto tratado em cada capítulo, buscar um respiro nas páginas, ou seja, um descanso visual para o leitor. Logo na introdução, optei por incluir um quadro informativo sobre as personagens, com nome, sobrenome, partidos, unidades federativas e quantidade de votos obtidos nas eleições de 2022 para o cargo de deputadas federais. O quadro foi criado no Canva, uma plataforma de design gráfico que permite aos usuários criar gráficos de mídia social, apresentações, infográficos, pôsteres e outros conteúdos visuais. Além disso, em cada fotografia utilizada no decorrer dos capítulos, utilizei legendas com os créditos das imagens.

O capítulo 1 “Aldear Política” foi definido para tratar da introdução das mulheres indígenas na política, mostrando as quatro personagens dividindo-as em tópicos. Em cada tópico, o objetivo foi introduzir o leitor ou a leitora a partir de causas relevantes acerca das

personagens que aconteceram durante a campanha eleitoral. Em seguida, é introduzido sobre a história de vida de cada parlamentar eleita. Na divisão dos tópicos em que fala sobre cada personagem, foi utilizado uma foto com destaque em uma página inteira de cada uma e uma página em seguida com preenchimento na cor preta, com a cor da fonte branca para ter um maior destaque e um respiro visual no livro.

A escolha das fotos teve o objetivo de conversar com o assunto tratado no livro, ou seja, trazer uma referência por meio de elementos da cultura indígena ou registro de momentos, como atividades ou conversas com eleitores, durante a campanha eleitoral das personagens. Além das personagens, optei por incluir um tópico final do capítulo informando sobre a configuração da Câmara dos Deputados em 2023 a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Neste espaço foi incluído um infográfico que possui uma visualização que posiciona os dados em forma de semicircular. Ele foi criado no Flourish, uma ferramenta gratuita para visualização de dados e para contar histórias com dados. Ele permite criar gráficos interativos, atraentes, adaptados a dispositivos móveis sem a necessidade de código.

No capítulo 2, foram utilizadas fotografias que ilustrassem o assunto tratado nesse espaço. Ao todo, foram duas neste capítulo. Para uma visualização maior do problema tratado neste capítulo, utilizei dois infográficos, desta vez criados no Datawrapper, uma ferramenta online para fazer gráficos interativos. Os dados dos dois infográficos também foram do TSE; A estrutura textual do capítulo 2 trouxe inicialmente uma introdução sobre a participação das mulheres indígenas na política brasileira e dados alarmantes para despertar a curiosidade do leitor sobre o tema. Nos demais tópicos, foi tratado o contexto histórico das mulheres na política.

O capítulo 3 trata sobre a pauta indígena na cobertura midiática em 2022. Neste espaço, trouxe um conjunto de dados sobre a veiculação da pauta indígena em três veículos de comunicação. Ele foi dividido em tópicos que tratavam sobre cada problemática. Por ter um conjunto de dados, optei por utilizar um infográfico do tipo tabela logo no início do capítulo. A decisão de gráfico e nesse tipo teve o objetivo do leitor identificar de forma clara a visualização das informações O infográfico foi criado na ferramenta Datawrapper.

A divisão textual no capítulo 4, que abordou sobre a utilização das mídias sociais pelas parlamentares eleitas, foi feita em tópicos. Em cada tópico, trouxe fotografias e prints das redes sociais das personagens para ilustrar o assunto e trazer respiro visual no capítulo. A escolha das fotos foi para destacar os pontos curiosos sobre o que aconteceu na campanha eleitoral. Os prints, por sua vez, foram para ilustrar as publicações feitas por algumas das

candidatas no decorrer da campanha eleitoral. Por último, no capítulo 5, foi utilizado o recurso de quadro informativo. A escolha dele foi para visualizar em linha do tempo pontos importantes sobre o tema. Ele ocupa duas páginas. Optei pela paleta verde no preenchimento do quadro. A estrutura textual no formato expositivo no capítulo buscou trazer um conjunto de informações e dados sobre o tema com objetivo de introduzir e explicar o assunto, por meio da visualização das informações.

Neste capítulo, também foi trabalhado a narrativa jornalística do tipo entrevista ping-pong com uma liderança indígena no Ceará. Esse estilo de entrevista é composto por uma sequência de perguntas com respostas do entrevistado. Foi feito um texto de abertura sobre a entrevista e em seguida as perguntas. Ao todo, foram feitas quatro perguntas. Os questionamentos foram destacados em negrito. Foi utilizado uma fotografia da entrevistada no começo da página. Em seguida, um título, que optei por ser uma aspa tirada da entrevistada durante as respostas dos questionamentos da entrevista. Antes do título, com objetivo do leitor identificar do que trata, coloquei o nome “entrevista” acima do título com fonte na paleta verde. O objetivo foi identificar o que o leitor irá ler em seguida.

9. Considerações finais

Escrever o livro-reportagem foi, além de um grande desafio, uma experiência muito rica. Com certeza, não foi fácil. Foi desafiador ser produtiva durante esse período intenso. Sou grata a quem me ajudou a não desistir quando senti que não conseguiria entregar a produção dentro do prazo. O livro Bancada do Cocar pretende evidenciar uma reflexão e alerta para a importância da representação dos povos indígenas, principalmente as mulheres, dentro dos cargos de tomada de decisão no país.

A população indígena luta pela sobrevivência desde a chegada dos europeus no Brasil. Já foram vistos como não civilizados sendo alvo de preconceito e violência. Esse cenário segue se repetindo nos dias atuais. Ter representações indígenas que sabem, de fato, o que é a luta pela sobrevivência e o combate às ameaças diárias das suas terras, é importante para, além de garantir os direitos, lutar para que elas continuem sendo garantidas.

As representações femininas indígenas na Câmara dos Deputados a partir de 2023, evidenciando uma alta no número de parlamentares da cultura indígena, irá intensificar a luta pela sobrevivência, por meio da criação e aprovação de leis e projetos que envolvam a população originária no país. A pauta indígena, sem dúvidas, será colocada em foco nos próximos anos com a nova configuração da Bancada do Cocar.

A iniciativa pela elaboração deste livro-reportagem se deu, primeiramente, por conversas com a minha mãe, ainda criança, sobre a importância da luta das minorias. Durante estágio no Jornal O Povo, tive o contato com pautas sobre direitos humanos e um contato maior com a população indígena no Ceará. A partir da curiosidade, como jornalista, e pelo tempo político atual, o projeto se moldou nos últimos meses. Ele foi um grande desafio. De fato, espero que esta produção possa trazer um alerta para a importância da ocupação dos povos originários no parlamento local e nacional, mas também de todas as minorias que precisam lutar pela sobrevivência no país.

10. Referências Bibliográficas

BELO, Eduardo. **Livro-Reportagem**. São Paulo: Contexto, 2006

ARAÚJO, C. **Partidos políticos e gênero: Mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. Curitiba: Revista de Sociologia e Política, nº 24, 2005

DAVIS, A. Y. **Mulheres, raça e classe**. 1. Ed. São Paulo: Boi Tempo, 2016

VERDUM, Ricardo. **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília, 2007

BANIWA, Gersem. **O Índio Brasileiro: O que Você Precisa Saber sobre Os Povos Indígenas no Brasil Hoje**. Brasília, 2006

ESPINO, Medina Espino. **La Participación Política de Las Mujeres. de Las Cuotas De Género A La Paridad**. Ciudad de México, 2010

OLIVEIRA, Janaina Magalhães. **A Participação Feminina na Política: Análise do Desenvolvimento dos Movimentos Sufragistas**. Curitiba. 2020

YANOMAMI, Hutukara Associação. **Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo**. Roraima, 2022.

GUAJAJARA, S. **A gente enfrenta o preconceito duas vezes, por ser indígena e por ser mulher**. Programa: Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental, ISA. 20 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-monitoramento/sonia-guajajara-agente-enfrenta-o-preconceito-duas-vezes-por-ser-indigena-e-por-ser-mulher>>.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Relatório preliminar de omissões diante das violações de direitos humanos do Povo Yanomami**. 2 de fevereiro de 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/arquivos/2023_mdhc_relatorio_omissaommdh-yanomami-2019-2022_v2

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. "**Eleições 2022: Bancada Indígena traz mulheres à frente da luta contra a política anti-indígena**". Site Conselho Indigenista Missionário. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2022/10/eleicoes-bancada-indigena-traz-mulheres-a-frente-da-luta/>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. "**Bancada feminina na Câmara sobe de 51 para 77 deputadas**". Site Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/>

O GLOBO. "**Bancada feminina cresce 18%, mas ainda corresponde a menos de um quinto da Câmara**". Site O Globo. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/numero-de-mulheres-eleitas-deputadas-cresce-18percent-mas-ainda-corresponde-a-menos-de-um-quinto-da-camara.ghtml>

G1. "**Primeira indígena no Brasil a conquistar vaga de deputada federal, Joenia Wapichana não se reelege**". Site G1 Roraima. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2022/noticia/2022/10/03/primeira-indigena-no-brasil-a-conquistar-vaga-de-deputada-federal-joenia-wapichana-nao-se-reelege.ghtml>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. "**Número de candidaturas indígenas é o maior desde o início da autodeclaração**". Site Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/904833-numero-de-candidaturas-indigenas-e-o-maior-desde-o-inicio-da-autodeclaracao/>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. "**Uma Voz Feminina no Parlamento: Carlota Pereira De Queirós**". Site Câmara dos Deputados. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/carlota-queiros.html>

BRASIL DE FATO. "**Dossiê inédito revela como Bolsonaro transformou a Funai em um órgão anti-indígena**". Site Jornal Brasil de Fato. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/06/14/dossie-inedito-revela-como-bolsonaro-transformou-a-funai-em-um-orgao-anti-indigena>

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **“Eleições 2022: Bancada Indígena traz mulheres à frente da luta contra a política anti-indígena”**. Site Conselho Indigenista Missionário. Disponível em:

<https://cimi.org.br/2022/10/eleicoes-bancada-indigena-traz-mulheres-a-frente-da-luta/>



BANCADA DO COCAR

**A representação das mulheres indígenas na
Câmara dos Deputados**

Mirlla Nobre

BANCADA DO COCAR

A representação das mulheres indígenas na
Câmara dos Deputados

Mirla Nobre

Fortaleza
2022

Trabalho de Conclusão de Curso - 2022
Curso de Jornalismo da Universidade
Federal do Ceará (UFC)
Instituto de Cultura e Arte (ICA)

Orientação

Robson da Silva Braga

Diretor do ICA

Marco Túlio Ferreira da Costa

Coordenadora do Curso de Jornalismo

Kamila Bossato Fernandes

Projeto Gráfico/Diagramação

Mirla Nobre

Arte da capa

Mirla Nobre

Fotografia

Léo Otero

Luiz Antônio

Iago Barreto Soares

Mídia Ninja

Reprodução Redes Sociais



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ**



À família, amigos e leitores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1	13
Aldear a política	
CAPÍTULO 2	44
A ausência histórica e a pouca presença indígena atual na Câmara	
CAPÍTULO 3	56
A pauta indígena na cobertura midiática de 2022	
CAPÍTULO 4	66
O uso das mídias digitais no processo eleitoral	
CAPÍTULO 5	75
Primeiros habitantes, conflitos e conquistas	
AGRADECIMENTOS	96

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos portugueses às terras brasileiras, em 1500, a vida dos povos indígenas passou a ser ameaçada, por meio de invasões territoriais, da exploração dos recursos naturais, da negação das práticas culturais e da negação dos corpos dos povos originários. Esse cenário se manteve inalterado por séculos, como apontam pesquisas de historiadores, sociólogos e antropólogos e é ressaltado pelas inúmeras lideranças indígenas que hoje atuam no país.

Os direitos dos povos originários só foram assegurados, em parte, pela Constituição Federal de 1988. De lá para cá, quando a pauta se refere aos direitos dos povos indígenas, as tomadas de decisão não são discutidas por quem, de fato, tem o conhecimento sobre os locais por eles habitados. São eles, os povos originários que conhecem cada pedaço do Brasil por serem os primeiros habitantes deste país.

A cada gestão federal, o movimento indígena se mobiliza em prol de políticas de demarcação de terras, de combate a invasões territoriais, de explorações indevidas da terra e pela luta contra o desmatamento, além de políticas que possam garantir os direitos de saúde e educação. No entanto, para que isso seja intensificado, torna-se urgente a representação indígena dentro dos espaços de poder para as tomadas de decisões e, principalmente, para defender seus direitos na condição de povos originários.

Após anos de uma processual mobilização política, as eleições de 2022 registraram uma significativa representação dos povos indígenas na Câmara dos Deputados, conquistada por meio da forte atuação de lideranças do movimento e das alianças políticas estabelecidas nacionalmente.

O grupo eleito em 2022 vem formando, desde 1º de fevereiro de 2023, aquela que já está sendo denominada como “Bancada do

Cocar”. Ao todo, são cinco indígenas eleitos deputados federais: Sônia Guajajara (Psol-SP), Célia Xakriabá (Psol-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo Guedes (PT-MG) e Silvia Waiãpi (PL-AP), sendo a maioria formada por mulheres. Apesar das suas representações e divergências, elas devem levar a pauta indígena ao centro dos debates do Congresso Nacional, buscando garantir os direitos dos povos indígenas por meio do sistema político brasileiro.

Dos cinco indígenas eleitos, apenas Sônia Guajajara está temporariamente afastada do legislativo, por ter assumido o inédito Ministério dos Povos Indígenas, do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além de Sônia, a atual gestão petista conta com a presença da ex-deputada Joenia Wapichana, que assumiu a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), tornando-se a primeira indígena a presidir o órgão desde sua criação, em 1967.

Para a titular da inédita Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, Juliana Alves, apenas duas das quatro mulheres indígenas eleitas representam efetivamente as bandeiras do movimento indígena brasileiro: Sônia Guajajara e Célia Xakriabá. “Dessas quatro, nós conseguimos identificar apenas duas que são mulheres de luta, que são mulheres de movimento, que são mulheres que estão no âmbito do território, na aldeia”, considera Juliana, que é Cacika Irê do povo Jenipapo-Kanindé, no município de Aquiraz, no Ceará.

Quanto aos outros três parlamentares autodeclarados indígenas, embora Juliana Cardoso e Paulo Guedes sejam filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), ambos não dão tanta centralidade às pautas indígenas, nem estão imersos no cotidiano do movimento. Guedes, inclusive, já atuava como deputado federal na legislatura anterior (2019-2022), mas somente nas eleições de 2022 se declarou indígena – em 2018, havia se registrado como pardo. Por sua vez, Silvia Waiãpi, do Partido Liberal (PL), esteve alinhada ao ex-presidente Jair Bolsonaro e apresenta-se como conservadora e, por consequência, vai na contramão das pautas progressistas que o movimento indígena defende.

Este livro-reportagem apresenta quem são essas quatro representações femininas, como foi o processo eleitoral que as elegeu, quais são as bandeiras de cada parlamentar eleita no ano de 2022 e o que o Brasil e, principalmente, os povos originários podem esperar

quanto às políticas públicas que promovam seus direitos à terra. Historicamente excluídos dos cargos de poder, os povos indígenas agora se fazem presentes, de modo coletivo, na atual legislatura (2023-2026), apontando para um possível avanço quanto às suas conquistas e aos estigmas que maculam os povos originários.

O processo de apuração jornalística deste livro-reportagem contou com a coleta de dados públicos e com o acesso a documentos e periódicos, como artigos científicos, livros e conteúdos veiculados na imprensa, em jornais como Folha de S.Paulo, G1, Estadão, Mídia Ninja, O Povo, Brasil de Fato e O Globo, além de entrevistas com especialistas e representantes indígenas no Ceará, entre eles antropólogos, sociólogos, psicólogos, professores e lideranças que estão à frente do movimento indígena no Estado.

Os dados públicos foram extraídos por meio do portal de dados abertos do Sistema de Estatísticas Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A reportagem tentou contato com as quatro deputadas apresentadas no decorrer dos capítulos (Sônia, Célia, Juliana e Silvia), mas, diante da agenda das parlamentares eleitas, não foi possível a realização das entrevistas.

Ao todo, este livro-reportagem traz cinco capítulos abordando o contexto histórico e social das personagens; uma breve história da representação dos povos indígenas na política brasileira; a inserção da mulher nas tomadas de decisões, a exemplo da conquista do voto; o uso das mídias sociais nas campanhas eleitorais das personagens; o modo como a imprensa pautou a questão indígena durante as eleições de 2022; e uma breve história dos povos originários no Brasil e de suas conquistas políticas até os dias atuais.

DEPUTADAS FEDERAIS INDÍGENAS ELEITAS EM 2022



SÔNIA GUAJAJARA
(PSOL-SP)

176.841
VOTOS



JULIANA CARDOSO
(PT-SP)

125.517
VOTOS



CÉLIA XAKRIABÁ
(PSOL-MG)

101.078
VOTOS



SÍLVIA WAIÃPI
(PL-AP)

5.435
VOTOS



CAPÍTULO 1

Aldear a política

Elas podem ser mães, professoras, caciques, médicas ou ocuparem qualquer profissão, mas se destacam com um objetivo em comum: cuidam do seu território e lutam pelos seus direitos de proteger as terras que lhes restaram e da natureza que as cercam. A luta delas não se limita aos territórios, vai além. As mulheres indígenas estão protagonizando o começo do aldeamento da política formal, por meio da construção da bancada do cocar. São nomes que surgem com o objetivo de intensificar a luta pelos direitos de povos originários que, muitas vezes, parecem ser ignorados dentro do Congresso Nacional. Aqui, falaremos de quatro mulheres autodeclaradas indígenas, eleitas à Câmara dos Deputados nas eleições de 2022 e que assumiram o cargo em 1º de fevereiro de 2023.



Foto: Reprodução/Instagram

SÔNIA GUAJAJARA

Em maio de 2022, a ativista e liderança indígena Sônia Guajajara, de 49 anos de idade, integrou a lista anual das 100 pessoas mais influentes do mundo, lista essa articulada e desenvolvida pela revista americana *Time*. O nome da liderança indígena brasileira veio ao lado de personalidades internacionais como a atriz Zendaya Maree, a jornalista e apresentadora Oprah Winfrey, o atual presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, o presidente do Chile, Gabriel Boric, entre outras figuras públicas.

A ex-coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e cofundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) é citada por algumas lideranças indígenas como uma das principais ativistas na luta dos povos originários no Brasil e que isso é resultado de uma consciência histórica oriunda da base indígena.

De acordo com o professor indígena Thiago Halley Anacé, mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e liderança indígena do povo Anacé, território situado em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no Ceará, Sônia e as demais lideranças indígenas da política brasileira representam um movimento que vem crescendo nos últimos anos por meio do fortalecimento da base indígena.

“As mulheres se articularam criando grupos de base, de formação, de discussão e de formação política, e esse conjunto de articulações tem rendido bastante, tanto a nível local como nacional, incentivando o protagonismo e a autonomia e a inserção das mulheres na política”, destacou o professor.

O lançamento da pré-candidatura de Sônia Guajajara a deputada federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol) de São Paulo para compor a Bancada do Cocar na Câmara dos Deputados ocorreu em junho de 2022. No dia 14 de junho daquele ano, o Teatro Oficina Uzyna Uzona, localizado na cidade de São Paulo, foi cenário do lançamento oficial da pré-candidatura da indígena como deputada federal. Naquele dia, o espaço do Oficina, localizado no bairro Bixiga,

recebeu outros nomes de representantes dos povos tradicionais que estavam articulados a se candidatarem ao pleito em outros estados, como Célia Xakriabá e Joenia Wapichana. O movimento buscava iniciar o caminho da construção da Bancada Indígena na Câmara dos Deputados – a partir do mote “Aldear a Política”. Na época, em publicação nas redes sociais, Sônia exclamou: “Vai ter Bancada Indígena do Cocar, sim!”.

Também ao lado delas, estavam presentes nomes como o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Brasil (MTST) e atual deputado federal eleito por São Paulo Guilherme Boulos, e uma das lideranças do Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), Carmen Silva. No dia, foram destacados alguns pontos que seriam prioridades a serem trabalhados dentro da Câmara dos Deputados que, segundo Guajajara, também em publicações nas redes sociais, teriam como base o respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente, à pluralidade e o combate ao racismo e as discriminações em geral.

Na campanha eleitoral de Sônia, o fortalecimento de nomes de indígenas e da população historicamente oprimida e silenciada – com destaque para as populações negras, caiçaras e quilombolas – foi o centro do debate político brasileiro. A campanha da ativista também se destacou pela oposição aos partidos de direita, que, na avaliação do movimento indígena, são os principais responsáveis pela violação dos direitos dos povos originários.

Para a atual titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, do inédito Ministério dos Povos Indígenas, criado pela atual gestão do Governo Federal, Ceiza Pitaguary, da terra Pitaguary, localizada nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, no Ceará, a representação das mulheres na Câmara dos Deputados proporcionou um avanço “gigantesco” para a política indigenista.

“Eu vejo que, após seis anos, não digo apenas os quatro anos de governo Bolsonaro, mas coloco os dois anos do governo Temer. Foram seis anos em que a política indigenista foi massacrada. Ela foi

sofrendo sérios cortes drásticos, que era para deixá-la em situação de precariedade para não funcionar”, analisa a secretária. A representante indígena Pitaguary ainda aponta que um dos principais massacres aos povos originários foram os cortes na Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), principalmente nas áreas da saúde e da educação, imobilizando ações de direitos básicos para povos tradicionais.

Em junho de 2022, o Fórum de Educação e Saúde do Amazonas (Foreeia) e a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (Famddi) divulgaram um relatório que aponta os partidos que mais votaram em projetos considerados “anti-indígenas” no Congresso Nacional. O levantamento, que vem anexado no informativo “Tem Aldeia na Política – Eleições 2022”, divulgado no dia 27 de junho, mostra que dos 31 partidos políticos em atividade, conforme registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 17 partidos de direita integraram a lista do relatório.

Os primeiros da lista são o Partido Novo (Novo), Partido Social Cristão (PSC), Democratas, Patriota e Partido Social Liberal (PSL), sendo este último o partido ao qual Jair Bolsonaro esteve filiado em 2018, quando foi eleito presidente da República. O objetivo do relatório, conforme descrição do documento, foi debater sobre as eleições de 2022 e auxiliar a população indígena acerca dos partidos para a participação mais “consciente” da população na hora da votação para os cargos em disputa nas eleições.

A parlamentar eleita chegou a mostrar posição contra as ações da direita, principalmente contra o ex-presidente Bolsonaro. Diante do posicionamento e críticas contra a ex-gestão, a indígena chegou a ser intimada pela Polícia Federal, em abril de 2021, a prestar depoimento por conta de críticas que ela fez ao governo federal – pela falta de apoio à população indígena – em um documentário, o Maracá, produzido pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Um mês depois, o inquérito foi arquivado. O caso foi noticiado em veículos brasileiros de imprensa, como O Globo, Valor Econômico, G1 e UOL.

Entre os demais ações de denúncias da ativista acerca da gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), a liderança indígena esteve à frente da Jornada Sangue Indígena Nenhuma Gota a Mais, realizada de outubro a novembro de 2019. O movimento atravessou 12 países da Europa. De acordo com a Apib, em publicação no seu portal online na época, a jornada teve o objetivo de denunciar violações cometidas pelo governo de Bolsonaro e cobrar medidas para que o governo brasileiro e empresas do agronegócio cumprissem os acordos de preservação do meio ambiente e de respeito aos direitos dos povos indígenas.

Em 2018, Sônia Guajajara chegou a integrar a chapa presidencial do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Brasil (MTST), Guilherme Boulos, nas eleições presidenciais de 2018, sendo a primeira indígena a compor uma candidatura à Presidência da República. A chapa chegou a conquistar 617.122 votos, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Diante de ações em busca da proteção dos povos originários, como a defesa do meio ambiente na luta contra o desmatamento, a ativista recebeu o prêmio João Canuto pelos Direitos Humanos da Amazônia e da Liberdade, conferido em 2019 pela Organização Movimento Humanos Direitos, e o prêmio Packard, concedido no mesmo ano pela Comissão Mundial de Áreas Protegidas da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

De acordo com Ceíça Pitaguary, o aumento da representatividade indígena na política ocorreu a partir de uma sensibilização e mobilização de parentes indígenas de expor o cenário e a história pelo qual os povos originários passaram em relação a busca pelos seus direitos e as transformações que reivindicaram e ainda reivindicam. A atual representante do Ministério dos Povos Indígenas é vista pelos representantes indígenas como uma liderança que possui uma predestinação, que carrega desde a infância, para a luta dos direitos dos povos indígenas devido a essa sensibilização ancestral.

“Quando se lançam vários candidatos indígenas, isso é um

projeto de vida do movimento indígena. As mulheres indígenas – através da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) – colocaram isso como meta, de lançar mulheres indígenas candidatas em todos os estados”, destacou a titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena do Governo Federal.

No contexto histórico, Sônia contou, ao portal Glammour, ser filha de pais analfabetos e que, aos 15 anos, foi convidada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para cursar o ensino médio no estado de Minas Gerais. Em seguida, voltou para o Maranhão e, em 1991, formou-se em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Guajajara também chegou a cursar Enfermagem concluindo o curso em 2003, também pela Uema. Já em 2005, fez pós-graduação em Educação Especial na instituição. Apesar das recentes conquistas políticas no estado de São Paulo, a parlamentar eleita é originária da terra indígena Araribóia, no Maranhão, no Nordeste do Brasil.

A liderança foi eleita a primeira deputada federal indígena por São Paulo em 2 de outubro de 2022, data do primeiro turno das eleições. Na disputa eleitoral, ela obteve 156.695 votos para o cargo, tornando-se uma dos 70 parlamentares que irão representar o estado paulista na Câmara dos Deputados. Após o resultado das eleições, a parlamentar comemorou nas redes sociais Instagram e Twitter: “São Paulo, nós conseguimos! A primeira mulher indígena eleita como deputada federal por SP vai aldear o Congresso Nacional. Muito, muito obrigada pela confiança! Vamos aldear mentes e corações, e construir um novo Brasil. Seguimos juntas!”, escreveu na época.

Além do cargo na Câmara, Sônia foi escolhida, em 2023, pelo presidente Lula para comandar o Ministério dos Povos Indígenas, uma pasta inédita, criada pelo Governo Federal, com o objetivo de conferir centralidade à pauta indígena, promovendo a proteção aos territórios tradicionais, a defesa do meio ambiente, além da construção de políticas de acesso à saúde e à educação aos povos originários.



Sônia Guajajara em evento da revista Time, em Nova York, em junho de 2022. Foto: Reprodução/Time



Lançamento da candidatura de Sônia Guajajara, em junho de 2022, em São Paulo Foto: Leo Otero

Foto: Reprodução/Instagram



CÉLIA XAKRIABÁ

Em Minas Gerais, uma das principais apostas indígenas para conquistar uma vaga na Câmara dos Deputados e, assim, compor a Bancada do Cocar foi a ativista e líder indígena Célia Xakriabá, que concorreu à vaga pelo Psol. A campanha eleitoral de Célia colocou em debate a demarcação das terras indígenas e a busca por aliança política para o fortalecimento das pautas sobre a proteção dos povos originários. Entre os fatos que marcaram a campanha eleitoral da indígena destaca-se a renúncia a uma doação de R\$ 15 mil feita pelo apresentador Luciano Huck, da TV Globo. Também foram devolvidos outros R\$ 20 mil doados pelo ex-presidente do Itaú Unibanco, Candido Botelho Bracher.

Em setembro de 2022, a assessoria de imprensa da ativista explicou a devolução dos valores. Conforme publicou o portal Estado de Minas, a nota da assessoria da candidata disse: “A partir dos critérios estabelecidos pelo partido, serão devolvidos os recursos em desconformidade com a resolução política do Psol. No caso da doação de Luciano Huck, no valor de R\$ 15 mil reais, já foi solicitada sua devolução, mesmo que ela não infrinja nenhuma lei eleitoral”. Outras iniciativas foram articuladas para auxiliar financeiramente a campanha eleitoral da liderança indígena. Entre elas, a criação de uma vaquinha virtual de financiamento coletivo.

O lançamento da campanha eleitoral de Célia Xakriabá ocorreu em 11 de julho de 2022, na Estação do Peixe, em Belo Horizonte, Minas Gerais. No ato, estiveram presentes lideranças indígenas, como Sônia Guajajara, a presidenta de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Andréia de Jesus, a vereadora e presidenta do Psol de Minas Gerais, Bella Gonçalves, entre outros nomes.

Em uma publicação no Instagram, Célia destacou a articulação do movimento indígena dentro da política: “Se dizem que não estamos preparadas, digo que, pra nós, não há outra alternativa além de estar preparada!”, escreveu. Ela é a primeira indígena a representar Minas Gerais na Câmara dos Deputados, tendo sido eleita com 101.154 votos.

A ativista nasceu na aldeia Xakriabá, em São João das Missões, em Minas Gerais, região em que morava até a mudança para Brasília em 2023 para exercer cargo de deputada federal. Em entrevista ao portal

jornalístico Estado de Minas, em outubro de 2022, a liderança indígena destacou sua missão ao assumir um lugar na Câmara dos Deputados. “Vou legislar no Congresso Nacional com o compromisso com o meio ambiente, com o compromisso com o território, com o chamado da terra, que me trouxe até aqui. Essa eleição é pelo planeta. Minas vai sentir orgulho de 'mulherizar', 'reflorestar' e 'indigenizar' a política com projetos de cultura”, disse Célia ao portal.

Ainda segundo a indígena, a decisão de concorrer a uma vaga no pleito ocorreu devido aos inúmeros ataques aos territórios indígenas. Ainda ao jornal Estado de Minas, a então candidata declarou enfrentar a bancada ruralista, lutar contra o agronegócio e ser a favor da luta pela demarcação dos territórios indígenas, além de intensificar a defesa pelo meio ambiente.

A ativista se destacou nos últimos anos pela sua forma de se comunicar, principalmente por meio das redes sociais e especificamente em 2020, durante o primeiro ano da pandemia da Covid-19, que se caracterizou pelo isolamento social no país e no mundo. Na época, Célia realizava *lives* diárias em seu perfil no Instagram para tratar das lutas dos povos originários. Sua facilidade na comunicação levou a liderança indígena a ser apresentadora, em 2021, do primeiro *podcast* indígena da plataforma de *streaming* Globoplay, chamado “Papó de Parente”, ao lado do comunicador indígena Tukumã Pataxó.

Além dos espaços ocupados no campo da comunicação, ela foi a primeira mulher indígena a integrar a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, onde permaneceu de 2015 a 2017. Em 2019, passou a atuar como assessora parlamentar no Congresso Nacional, no mandato da ex-deputada federal Áurea Carolina (Psol-MG). Em 2021, foi uma das representantes indígenas que compareceram à 26ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudança Climática, a COP26, na Escócia, e na COP27, em 2022, no Egito.

Atualmente, Célia compõe a Bancada do Cocar, tendo tomado posse do cargo de deputada federal em 1º de fevereiro de 2023 no Congresso Nacional. Entre as propostas que deverão ser debatidas na Câmara, destacam-se a demarcação de territórios indígenas, o letramento étnico-racial de profissionais da educação básica, o acesso universal à internet e a democratização da comunicação entre outras.



Célia Xakriabá tomou posse como deputada federal, no Palácio do Planalto, em Brasília Foto: Leo Otero



Célia Xakriabá ao lado de Lula e líderes indígenas na COP27, em novembro de 2022 Foto: Mídia Ninja



Foto: Reprodução/Instagram

JULIANA CARDOSO

Autodeclarada afroindígena Juliana Cardoso foi um dos nomes escolhidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de São Paulo para concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados nas eleições de 2022, somando-se, assim, à bancada feminina indígena. Segundo biografia da candidata publicada no portal oficial do PT, apesar de ter nascido na área periférica de São Paulo, Juliana tem origem indígena herdada através do seu pai, Jonas Cardoso, conhecido como Juruna, originário do povo indígena Terena, em Nioaque, no Mato Grosso do Sul.

Em perfil biográfico publicado no portal do PT de São Paulo em outubro de 2022, a jornalista Ana Clara Ferrari detalha que a parlamentar foi afastada de seus laços indígenas após uma tragédia familiar. Conforme divulgado pela jornalista, em publicação no portal do partido, Juliana presenciou, aos 6 anos de idade, o assassinato do seu pai, Jonas Cardoso. Na época, eles moravam no Conjunto Habitacional Teotônio Vilela, no distrito de Sapopemba, na Zona Leste de São Paulo. Dias antes do caso, o pai da parlamentar havia liderado uma caminhada organizada por movimentos populares.

O ato foi marcado pelo carregamento de um caixão simbólico que simulava o funeral do então prefeito de São Paulo, Mário Covas, em protesto contra o valor do IPTU cobrado pela prefeitura, em 1985, período marcado pela ditadura militar. Diante do temor dos atos da ditadura, a família da candidata eleita não aprofundou as investigações sobre a morte do seu pai para evitar outras possíveis tragédias.

Nas eleições de 2022, a autodeclarada indígena obteve 156.966 votos para assumir o cargo de deputada federal pelo PT de São Paulo. O lançamento da pré-candidatura de Juliana se deu em 2 de julho, sendo oficializada no final do mesmo mês pelo Partido dos Trabalhadores. De acordo com o PT de São Paulo, Juliana é a primeira candidata indígena eleita pelo partido. Além da parlamentar, o partido também elegeu o deputado federal Paulo Guedes, de Minas Gerais, também autodeclarado indígena nas eleições de 2022.

Durante a campanha da parlamentar eleita, alguns casos de violência eleitoral marcaram o período da campanha em 2022. Entre eles, destaca-se o um caso ocorrido na Zona Leste de São Paulo, em agosto de 2022. Durante um evento cultural no distrito de São Mateus,

um homem na plateia passou a xingar Juliana Cardoso e a fazer gestos obscenos em sua direção. Na época, o caso foi noticiado no portal Ceilandia. Conforme a publicação do portal e de vídeos registrados no ato, a parlamentar pediu respeito e disse: “Ele não agrediu apenas a mim, mas a todas as mulheres presentes”.

Ainda no mesmo mês, outro episódio de tensão política colocou em conflito a candidata. Durante uma sessão na Câmara Municipal de São Paulo, que foi transmitida pela TV Câmara e pelo canal no Youtube da instituição, Juliana e o vereador Fernando Holiday, do Partido Novo, iniciaram uma discussão marcada por bate-boca e xingamentos. Na ocasião, Juliana Cardoso retirou o microfone da mão do vereador após ele acusar sindicatos de promoverem “vagabundagem”.

Na construção política, antes de se candidatar a deputada federal pelo PT de São Paulo, Juliana foi vereadora por quatro vezes na capital paulista. Segundo a Câmara Municipal de São Paulo, por meio do seu portal da transparência, a atual deputada federal apresentou 355 projetos de lei entre os de autoria e os de coautoria. Desse total, 111 foram aprovados. Durante as legislaturas, chegou a integrar as Comissões de Saúde, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e a Comissão de Direitos Humanos.

Durante a campanha da parlamentar eleita, alguns temas foram colocados em destaque. Entre eles, assuntos ligados à defesa dos direitos humanos e das mulheres, ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), da moradia, de políticas públicas para mulheres, da cultura popular, da educação pública, da igualdade racial e dos povos indígenas. A parlamentar tomou posse como deputada federal em 1º de fevereiro de 2023, passando a integrar a Bancada do Cocar.



Juliana tomou posse como deputada federal no Congresso Nacional Foto: Reprodução/Instagram



O fortalecimento do SUS está entre as principais pautas da parlamentar Foto: Reprodução/Instagram

Foto: Reprodução/Instagram



SILVIA WAIÃPI

Em 7 de outubro de 2022, cinco dias após ser eleita deputada federal para representar o Amapá pelo Partido Liberal (PL), mesmo partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, a indígena Silvia Waiãpi, de 47 anos, foi acusada de utilizar o dinheiro do fundo partidário da campanha eleitoral para pagar um procedimento estético. O caso foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral. O documento da denúncia apontou que ela teria usado R\$ 9 mil dos recursos destinados à campanha para pagar uma harmonização facial. O procedimento estético teria sido realizado em um consultório odontológico em Macapá, capital do Amapá, na região Norte do Brasil.

Na época, conforme o portal de notícias G1, o órgão eleitoral disse que os depoimentos da denúncia apontaram que Silvia transferiu dinheiro da conta da campanha para uma conta pessoal da coordenadora da sua campanha eleitoral, Maete Mastop, que foi responsável por procurar o Ministério Público Eleitoral e realizar a denúncia contra a parlamentar indígena.

Conforme a denúncia do Ministério Público, e divulgado no portal G1, a coordenadora teria realizado o pagamento do procedimento estético após ordem da parlamentar eleita. Ainda na época, em outubro de 2022, diante da denúncia, o órgão eleitoral chegou a pedir que o diploma de deputada federal de Silvia não fosse expedido ou cassado, caso já tivesse sido outorgado, por prática de gastos ilícitos de recurso do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) nas eleições de 2022.

Dias depois da denúncia, a parlamentar eleita publicou um vídeo nas suas redes sociais no qual afirmava que iria “mover uma queixa criminal por denúncia caluniosa”. Até o fechamento deste livro-reportagem, o processo da denúncia ainda seguia em trâmite.

A indígena Silvia Waiãpi foi eleita deputada federal com 5.435 votos. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Foi a primeira vez que ela concorreu em um pleito eleitoral para cargo público. A indígena teve sua candidatura à deputada federal oficializada em 18 de julho de 2022. Antes, Silvia tinha promessas de se candidatar para concorrer a uma vaga no Senado Federal, mas desistiu.

Entre os nomes eleitos para compor a bancada indígena, Silvia é única autodeclarada indígena que é filiada a um partido de direita,

onde se caracterizou por um posicionamento aliado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, o que contraria as pautas dos movimentos indígenas brasileiros.

A parlamentar eleita é ex-oficial do Exército e foi a primeira mulher indígena a entrar para o Exército Brasileiro, em 2011. Durante sua campanha eleitoral, Sílvia chegou a defender, em publicações nas redes sociais, que as Forças Armadas têm um importante papel na política indigenista do Brasil. Em sua campanha nas eleições, Sílvia recebeu o apoio de políticos do Partido Liberal, a exemplo do atual deputado federal Eduardo Bolsonaro, a deputada federal Carla Zambelli e a senadora Damares Alves. Segundo publicação no portal UOL, em outubro de 2022, a indígena intensificou apoio ao discurso de Bolsonaro e das Forças Armadas. Entre as afirmações, está o argumento de que entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) defendem interesses estrangeiros e atrapalham o desenvolvimento econômico do país.

Em janeiro de 2023, Sílvia foi alvo de mais uma investigação, desta vez pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca dos atos antidemocráticos ocorridos no dia 8 de janeiro do mesmo ano. Na época, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro invadiram a Praça dos Três Poderes e depredaram os prédios do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto.

De acordo com senador Randolfe Rodrigues, do partido Rede, do Amapá, responsável pelo pedido de investigação, Sílvia teria postado vídeos dos terroristas nas redes sociais comemorando o ato golpista, tendo apagado as publicações em seguida. O inquérito segue em trâmite e tem prazo de 60 dias para conclusão. O caso foi noticiado no portal O Globo. Apesar da investigação, a indígena chegou a tomar posse como deputada federal no dia 1º de fevereiro de 2023.

A parlamentar eleita nasceu na aldeia Wajãpi, no Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa, cuja população era de 945 pessoas, conforme Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em entrevista ao apresentador Jô Soares, em 2011, em conteúdo disponibilizado no Youtube, Sílvia contou que aos 3 anos de idade sofreu um acidente na aldeia, provocado por um pedaço de madeira, que a perfurou, sendo necessário levá-la a Macapá para passar

por uma operação. Diante do caso, a parlamentar eleita chegou a passar quatro meses em recuperação na cidade, voltando à aldeia em seguida.

Em entrevista ao portal UOL, publicada em 2011, a indígena contou que se tornou mãe aos 13 anos e, aos 14 anos, saiu da aldeia onde morava e se mudou para o Rio de Janeiro. No estado, Silvia ingressou no Exército Brasileiro, sendo a primeira mulher indígena a ocupar o espaço militar no país. A parlamentar eleita é formada em Fisioterapia pelo Centro Universitário Augusto Motta e em Política e Liderança Estratégica pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), ambas instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro.



Em Brasília, Silvia Waiãpi tomou posse oficial como deputada federal Foto: Reprodução/Instagram



Waiãpi se destacou pela aliança a direita e ao ex-presidente Bolsonaro Foto: Reprodução/Instagram

Congresso conversador em 2023?

A composição do parlamento federal desde 1º de fevereiro de 2023 demonstra que o Congresso Nacional manteve o caráter conservador da legislatura anterior (2019-2022), com uma presença ainda maior dos partidos de direita e do chamado “centrão”. No entanto, também se verificam avanços à esquerda, com destaque para mandatos dos povos indígenas na Câmara dos Deputados.

A configuração da próxima legislatura encontra-se neste formato. O Partido Liberal (PL), do ex-presidente Jair Bolsonaro, elegeu a maior bancada na Câmara dos Deputados. A legenda garantiu 99 vagas para deputados, à frente do PT, que obteve 68. Em seguida, vem o União Brasil, com 59 deputados eleitos; o Partido Progressistas (PP), com 47; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 42.

Este será um dos desafios da bancada indígena no Congresso Nacional: defender os direitos dos povos tradicionais e o meio ambiente em meio à eleição de um Congresso mais conservador, com mais representantes de apoiadores de Bolsonaro e da Bancada Ruralista na Câmara e no Senado.

Para o Senado, por exemplo, foram eleitos nomes como Sérgio Moro (União Brasil-PR) e Damascos Alves (Republicanos-DF), ex-ministros do governo Bolsonaro. Em entrevista ao portal UOL, Sônia Guajajara considerou tratar-se de um cenário político delicado, mas que a bancada indígena seria forte diante de tal cenário. “Vamos levar nossa luta para a institucionalidade”, pontuou.

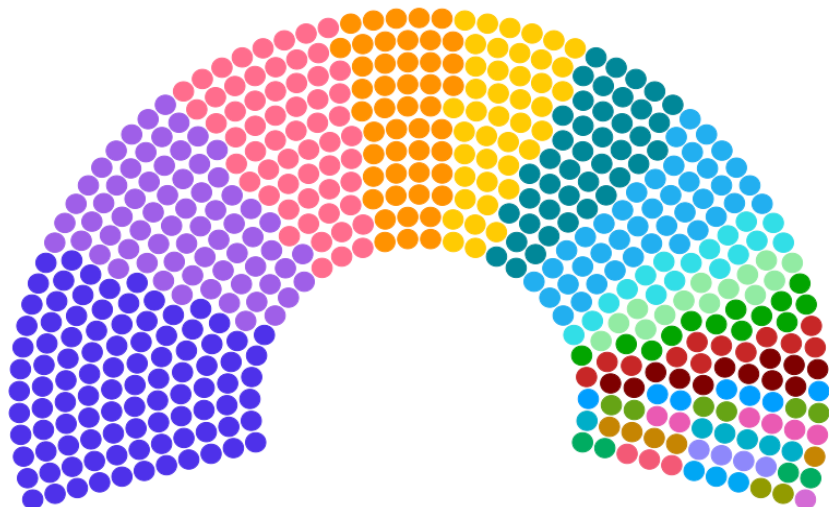
Professor indígena, mestre em Sociologia pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e liderança indígena do povo Anacé, território situado em São Gonçalo do Amarante e em Caucaia, municípios na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no Ceará, Thiago Halley Anacé destaca que, apesar da felicidade de ter uma maior representação indígena na Câmara, o cenário ainda é de preocupação devido à configuração do Congresso Nacional.

“Ainda ficou um Congresso muito conservador. As bancadas – principalmente a ruralista, que é ligada ao agronegócio e que tem interesses em terras indígenas – ainda estão muito fortes e, ao meu ver, será um campo de disputa muito grande. Será um local de muitas pautas

que vão de encontro aos interesses dos povos indígenas, mas que será preciso muita capacidade de articulação, de negociação e evitar que a nossa voz não seja regredida a um segundo plano”, pontua.

A configuração da Câmara dos Deputados em 2023

Bancada 2019 **Bancada para 2023**



Partido	Bancada 2019	Bancada para 2023	Seat change
PL	77	99	+22
PT	56	68	+12
União Brasil	52	59	+7
PP	57	47	+10
MDB	37	42	+5
PSD	46	42	+4
Republicanos	43	41	+2
PDT	19	17	+2
PSB	23	14	+9
PSDB	23	13	+10
PSOL	8	12	+4
Podemos	8	12	+4
Avante	6	7	+1
PSC	9	6	+3
PCdoB	8	6	+2
PV	4	6	+2
Cidadania	6	5	+1
Patriota	5	4	+1
SD	8	4	+4
Novo	8	3	+5
Pros	4	3	+1
Rede	2	2	0
PTB	3	1	+2
S/ partido	1	NaN	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Ministério dos Povos Indígenas e a nova Funai

No dia 1º de janeiro de 2023, data do início do novo governo Lula, o atual presidente publicou um decreto oficializando a criação do Ministério dos Povos Indígenas, pasta inédita na política no Brasil e que garante ações de interesse aos povos originários, além da criação de novas secretarias voltadas à política indigenista.

Conforme o documento que oficializa a criação da pasta, o objetivo do Ministério é “reconhecer, garantir e promover os direitos dos povos indígenas; proteger os povos isolados e de recente contato; demarcar, defender e gerir territórios e terras indígenas; monitorar, fiscalizar e prevenir conflitos em terras indígenas e promover ações de retirada de invasores dessas terras”. Antes mesmo de tomar posse como deputada federal, Sônia Guajajara foi nomeada pelo presidente Lula para comandar o novo Ministério.

Na nova pasta federal, três secretarias foram criadas: a Secretaria de Direitos Ambientais e Territoriais Indígenas, formada pelos departamentos de Demarcação Territorial e de Proteção Territorial e de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato; a Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, formada pelos departamentos de Justiça Climática e o de Gestão Ambiental, Territorial e Promoção ao Bem Viver Indígena; e a Secretaria de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas, formada pelos departamentos de Promoção da Política Indigenista e de Línguas e Memórias Indígenas.

Durante o discurso de posse, que ocorreu no dia 11 de janeiro de 2023, no Palácio do Planalto, em Brasília, Sônia Guajajara destacou a “coragem” e “ousadia” do presidente Lula de reconhecer a força e o papel dos povos indígenas neste momento em que, segundo ela, é tão importante o reconhecimento do protagonismo dos povos indígenas ao criar esse Ministério inédito na história do Brasil. “Povos que resistem há mais de 500 anos a diários ataques covardes e violentos [...] Estamos aqui de pé para mostrar que nós não iremos nos render. A nossa posse aqui hoje, minha e de Anielle Franco [ministra da Igualdade Racial], é o mais legítimo símbolo dessa resistência secular preta e indígena”, definiu Sônia.



Sônia Guajajara toma posse como ministra dos Povos Indígenas Foto: Reprodução/Instagram

Cacique da aldeia Jucá, do povo indígena Potyguara, no município de Monsenhor Tabosa, no Ceará, e integrante da Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (Amice), Rosinha Potyguara considera que a criação do novo Ministério reafirma a importância que os povos originários têm na história do país. “Estamos com muita esperança de que as ações que serão planejadas serão executadas para o desenvolvimento do nosso povo e perspectiva de vida melhor para nossa comunidade em curto e longo tempo”, analisa.

Além disso, dois órgãos que antes eram vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Social foram remanejados para a nova pasta. Tratam-se da Funai e do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), esse último que havia sido extinto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Ainda segundo a líder indígena do povo Potyguara, a escolha da ativista Sônia Guajajara para comandar a pasta reafirma também a mensagem de que os povos indígenas têm pessoas qualificadas e que é importante o ponto de vista de quem conhece a luta dos povos originários e as principais reivindicações.

Dentro da nova gestão federal e com a pauta indígena em foco, algumas mudanças foram realizadas em órgão já existentes, como a Funai, que, durante o governo de Jair Bolsonaro, foi alvo de denúncias acerca das funções que o órgão deveria exercer e de nomes definidos para comandar o órgão.

Entre as marcas da reconfiguração da Funai, está sua vinculação ao Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação da indígena Joenia Wapichana para presidir a Fundação. Wapichana, do partido Rede Sustentabilidade de Roraima (Rede-RR), foi a primeira mulher indígena a tomar posse como deputada federal na história do Brasil, atuando no cargo de 2019 a 2022 – antes dela, apenas o indígena mato-grossense Mario Juruna havia exercido o mesmo cargo pelo PDT do Rio de Janeiro, de 1983 a 1987. Agora, a indígena também é a primeira mulher a comandar o órgão que cuida da política indigenista no Brasil.

Joenia destacou, durante discurso de posse oficial da Funai, no dia 3 de fevereiro de 2023, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, que todo o caminho que os povos indígenas percorreram para chegar a essa atual representação dos povos tradicionais foram “caminhos longos e muitos sofridos”. “Passamos anos de desmonte, anos de sucateamento, anos de desvalorização dos servidores públicos [...] Espero uma mudança positiva, esse é o primeiro passo que a gente tem que dar: reorganizar a Funai, fortalecer a Funai e buscar orçamento para a Funai”, definiu Wapichana.



Joenia Wapichana assume como nova presidente da Funai ao lado de Sônia Foto: Reprodução/Instagram

Titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, do Ministério dos Povos Indígenas, Ceiza Pitaguary destaca que com o avanço da representação das mulheres indígenas na política brasileira, assim como a criação de pastas nacionais, como o Ministério dos Povos Indígenas e as secretarias estaduais de atenção indígena, são consideradas uma reparação histórica aos povos originários.

“Isso mostra o protagonismo e a força das mulheres indígenas nesse cenário atual e também a inserção das mulheres indígenas nos movimentos indígenas”, pontua. Ainda segundo Ceiza, a Bancada do Cocar surge a partir desse movimento de articulação das mulheres indígenas dentro dos seus povos.

“Foi um avanço e uma alegria para todos nós porque nós vínhamos de apenas uma deputada federal, Joenia Wapichana, que, infelizmente, não conseguiu se reeleger. Mas a gente saiu de uma para duas representações nos últimos anos”, comenta.

O pesquisador do Programa Pesquisa para o Sistema Único de Saúde (PPSUS) em Saúde Mental Indígena e professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira no Ceará (Unilab), James Moura, considera que a alta na representação das mulheres indígenas nos cargos de tomadas de decisões tem vários impactos positivos.

“Primeiro, é a não mediação para representantes que não são indígenas, ou seja, não há a necessidade de construção de representação de políticos não indígenas, pois os povos indígenas já estão dentro desses espaços. Isso é importante para o protagonismo e para a própria construção coletiva para a política pública. Além do poder de desenvolver políticas que olhem e que sejam aperfeiçoadas para essas populações com quem realmente está nesses espaços”, destacou James.

CAPÍTULO 2

Ausência histórica e a pouca presença
atual na Câmara

A Câmara dos Deputados foi criada pela primeira Constituição brasileira, em 1824. Imposta pelo imperador Dom Pedro I, a Constituição do Império instaurou a Assembleia Geral Legislativa. A instituição foi composta pela Câmara dos Deputados, com 102 integrantes escolhidos em eleições indiretas, que é configurada pela escolha dos parlamentares através de um colegiado ou assembléia, e pela Câmara dos Senadores, com 50 integrantes de mandato vitalício que, na época, que eram compostos por membros da nobreza, da magistratura e do clero. Atualmente, a configuração dos representantes é escolhida através de eleições em formato democrático, regime político em que todos os cidadãos têm direito de escolher seus representantes. O parlamento brasileiro já foi construído com o sistema bicameral, ou seja, com duas casas, que vigora até os dias atuais.

Quando se fala em políticos indígenas, é possível imaginar quantos nomes ocupam o parlamento atualmente? Dados mostram que esse número existe, mas ainda é inexpressivo, principalmente quando se trata de mulheres. Em 194 anos da criação do parlamento, pela primeira vez, em 2018, uma mulher indígena teve lugar no legislativo brasileiro: a roraimense Joenia Wapichana, do partido Rede Sustentabilidade (Rede), foi eleita deputada federal – antes dela, apenas uma pessoa indígena, o mato-grossense Mário Juruna, havia sido eleito para o cargo, em 1982, pelo PDT do Rio de Janeiro. Em 2018, Joenia recebeu 8.491 votos e foi eleita deputada federal pelo estado de Roraima, na região Norte do país. A indígena ocupou, na época, uma das oito cadeiras reservadas ao estado na Câmara dos Deputados.

O Cacique da aldeia Japuara, do povo Anacé, povo indígena localizado em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no Ceará, Climério Anacé, analisa que os povos originários lutaram nos últimos anos para ter uma maior representação indígena no Congresso Nacional, assim como em outros espaços de tomadas de decisões, e que os nomes que ocuparam os cargos anteriormente foram essenciais nesse processo.

“Juruna foi uma personalidade importante no processo de redemocratização, e Joenia agora mais recentemente foi forte aliada contra o bolsonarismo, vivendo os quatro anos de mandato do ex-presidente, sendo cassada [no sentido de ser perseguida] e boicotada no

cenário federal. Neste pleito [eleições de 2022], conseguimos colocar duas indígenas de luta e que realmente representam nossa história e nossas bandeira”, disse Climério.



Mário Juruna, primeiro deputado federal indígena eleito, em 1984 Foto: Acervo/Câmara dos Deputados



Joenia Wapichana, primeira deputada federal indígena eleita, em 2018 Foto: Câmara dos Deputados

Já nas eleições de 2022, quatro anos após o primeiro feito quanto à representatividade indígena feminina na Câmara, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu 186 candidaturas indígenas para os cargos de governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual. Desse total, apenas nove foram eleitos, cinco para os cargos de deputados federais, dois estaduais e dois senadores. Dos eleitos, quatro foram mulheres indígenas para a Câmara. A primeira indígena a conquistar uma vaga de deputada federal no Brasil, Joenia Wapichana, não conseguiu se reeleger para o parlamento em 2022, sendo nomeada nos meses seguintes após o período eleitoral para presidir a Funai.

O quantitativo da representatividade indígena aumentou de uma parlamentar eleita em 2018 para nove representantes em 2022, um aumento de 800% em comparação às últimas eleições. Antes das eleições de 2022, apenas dois candidatos indígenas haviam sido eleitos para o cargo de deputado federal — Mário Juruna, em 1982, eleito com 31 mil votos diretos, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, e Joenia Wapichana (Rede-RR), com 8.491 votos, em 2018.

Com o resultado do primeiro turno das eleições de 2022, divulgado em 3 de outubro, a bancada indígena ou a “Bancada do Cocar”, na Câmara dos Deputados, a partir de 2023, passou a ser composta por Célia Xakriabá (Psol-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo Guedes (PT-MG), Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (Psol-SP). O deputado Paulo Guedes já estava na Câmara na legislatura anterior (2019-2022), mas não havia se registrado como indígena em 2018, e sim como pardo.

O número de candidaturas indígenas em 2022 foi o maior desde o início da autodeclaração, que começou no ano de 2014. Segundo o portal da transparência da Câmara dos Deputados, naquele ano, 84 indígenas se registraram como candidatos. Quatro anos depois, em 2018, o número subiu para 134. Em 2022, foram 186 candidatos indígenas, sendo 59 para a Câmara dos Deputados.

Dados das candidaturas dos povos indígenas

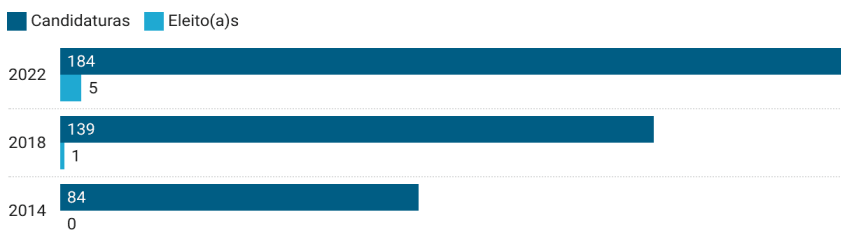


Gráfico: Mirla Nobre • Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) • Criado com Datawrapper

Outros dados importantes são da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), com base nas estatísticas do TSE, que ainda revelam que, nas eleições de 2020, foram eleitos 234 representantes de 71 povos originários, sendo dez prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadores. Nesse universo, 31 mulheres indígenas foram eleitas, ou seja, 13% do total.

Participação feminina na política: um breve histórico

Ao buscar dados sobre a história da participação feminina na política brasileira, é preciso fazer uma viagem de volta ao passado e entender como tudo começou e qual foi o pontapé inicial para que hoje elas ocupem um lugar político um pouco mais satisfatório do que antes. Desde o início do processo de colonização do continente americano, os estereótipos sobre gênero dentro da sociedade impunham lugares socialmente aceitos para mulheres e homens. Cenário esse que, apesar das lutas, ainda pode ser notado em algumas esferas da sociedade atual.

Nos primórdios das civilizações, os homens, vistos como figura forte e competente, ocupavam os espaços públicos, tomando decisões e ocupando funções de liderança. As mulheres, por sua vez, eram e ainda são destinadas, em algumas esferas da sociedade, ao espaço familiar. Esse espaço compreende as atividades domésticas, ou seja, o cuidado com o marido e os filhos, além dos cuidados com o lar.

A partir desse contexto, é preciso evidenciar como surgiram as primeiras formas de resistência e expressão das mulheres, que se mobilizaram para quebrar esses estereótipos. A socióloga mexicana

Adriana Medina Espino, em seu livro “*La participación política de las mujeres*”, de 2010, explica que “a oposição entre as qualidades consideradas ‘próprias’ de homens e mulheres conformaria a separação simbólica do espaço público como área altamente valorizada (o espaço da cultura), exclusivamente masculina, ocupada inteiramente por homens; enquanto o espaço privado seria a área inerente ao feminino, o lugar ‘natural’ da mulher, que se distinguiria por sua subordinação real e simbólica ao público-masculino”.

A desigualdade de gênero vem sendo questionada e observada, principalmente, nos últimos dois séculos. Um dos principais eventos que iniciou esse combate das mulheres em busca do direito à participação em tomadas de decisões, por meio da ocupação também de cargos do executivo no âmbito do espaço público, foi o movimento social e internacional sufragista.

O movimento sufragista foi iniciado no século 19, no Reino Unido, e tinha o objetivo de reivindicar a luta pela participação das mulheres na política. Esse primeiro movimento feminista no mundo concedeu à elas o direito de votar e serem votadas, direito antes concedido apenas aos homens. Para quem tem interesse na história do movimento, ele é retratado no filme *As Sufragistas*, de direção da britânica Sarah Gavron e roteiro de Abi Morgan. A obra está disponível nas plataformas de *streaming* Netflix e Globoplay.

Para explicar o início do movimento, a mestre em Sociologia Giovanna Marcelino, da Universidade de São Paulo (USP), explica que ele surge como a representação da primeira onda feminista. Ele acontece em um momento no qual as mulheres passaram a reivindicar diversos direitos individuais, mas também coletivos. Elas lutavam pelo direito ao voto, ou seja, pelo direito de participação política. A reivindicação foi atendida pela maioria dos países.

Primeiras mudanças

No Brasil, desde o século 19, projetos de reformulação do sistema eleitoral foram apresentados por parlamentares na Câmara dos Deputados que defendiam o movimento sufragista, mas nenhum deles foi aprovado. Apenas a partir do século 20, o movimento sufragista feminino ganhou espaço no país. Entre as ações desse espaço destacam-

se a fundação do Partido Republicano Feminino pela professora baiana Leolinda Daltro, em 1910, e 12 anos depois, a ativista feminina e bióloga Bertha Lutz deu início à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ambas as organizações buscavam pressionar o governo em prol da obtenção de direitos para a mulher, como o de votar, realizando congressos, passeatas e abaixo-assinados.

Em 1927, o Código Eleitoral do Rio Grande do Norte deu fim às distinções de sexo nas condições exigidas para ser eleitor por meio da criação da Lei Estadual nº 660 de 25 de outubro. Cumprindo todos os critérios propostos pela nova lei, a professora Celina Guimarães Viana buscou autorização judicial para votar nas eleições de senadores em 1928 em Mossoró, cidade onde nasceu, sendo a primeira mulher a registrar o voto oficial em uma eleição no Brasil. O seu ato inspirou outras mulheres do estado a fazerem o mesmo. No entanto, após as eleições, todos os votos femininos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

No ano seguinte, em 1928, também no Rio Grande do Norte, na cidade de Lajes, Alzira Soriano candidatou-se ao cargo de prefeita do município, vencendo as eleições e tornando-se a primeira mulher a ocupar um cargo político no Brasil. No mesmo ano, a advogada mineira Mietta Santiago notou que a proibição do voto feminino contrariava um artigo da Constituição brasileira de 1891, que estava em vigor. Mietta recorreu à Justiça e ganhou o direito de votar e de se candidatar. Ela concorreu a um cargo de deputada federal e deu seu primeiro voto para si mesma.

Após essas primeiras mudanças no país, o direito ao sufrágio em todo país – de votar e ser votada para cargos políticos – para as mulheres brasileiras, alfabetizadas e assalariadas ocorreu em 24 de fevereiro 1932, no governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto 21.076, que criou a Justiça Eleitoral. Quase 15 anos depois, com a Constituição de 1946, o voto tornou-se direito de todas as pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos. No entanto, apenas a partir de 1985, foi que homens e mulheres analfabetos também puderam votar.

Outro fato histórico sobre as mulheres na política brasileira ocorreu em 13 de março de 1934. Pela primeira vez, a voz de uma mulher ecoava no Plenário do Palácio Tiradentes, sede da Câmara dos

Deputados, na época localizada na capital federal, o Rio de Janeiro. Tratava-se da médica paulista Carlota Pereira de Queirós, a primeira deputada federal do Brasil, eleita pelo voto popular.

Em 1998, 70 anos após a primeira mulher ocupar um cargo político no Brasil, foi sancionada a lei de cotas femininas, a partir da qual os partidos deveriam ter pelo menos 30% das candidaturas destinadas às mulheres. Esse é o resultado mais concreto do esforço do movimento sufragista feminista no Brasil.

A aprovação do projeto de lei de autoria da então deputada Marta Suplicy estabeleceu cotas para mulheres nas listas partidárias. A primeira lei – de nº 9.100, de 1995 – estabelecia 20% de mulheres nas listas partidárias para as eleições do ano de 1996. Em 1997, foi votada a lei eleitoral nº 9.504, que aumentou o percentual para 30% a partir do ano 2000, estabelecendo o percentual intermediário de 25% para as eleições de 1998.

A existência da lei não mudou substancialmente a participação das mulheres, mas provocou movimentos no sentido de trazer as mulheres para dentro dos partidos e mobilizá-las para a atuação política: são muitos os diretórios partidários em todo o Brasil que promovem cursos para mulheres candidatas a cargos eletivos.

Há, entretanto, de se salientar que a representação partidária feminina ainda tem um longo caminho a ser percorrido, em função dos mecanismos que os partidos utilizam para burlar a legislação de cotas e o fundo financeiro eleitoral, em prol de candidatos com mais chances de eleição e reeleição, tradicionalmente homens. Pode-se destacar que um conjunto de causas estão atreladas a essa ausência das mulheres na política. Entre elas, destaca-se, principalmente, a desigualdade no acesso aos cargos de liderança e poder na sociedade, ou seja, a desigualdade de gênero. Historicamente, o espaço público se constituiu como um espaço masculino por excelência, enquanto o privado – o espaço da casa – seria o espaço da mulher. Na segunda metade do século 20, é possível notar as transformações importantes nessa divisão, principalmente a partir da entrada da mulher no mercado de trabalho. Esse movimento ocorreu em todas as classes sociais e em todos os ramos profissionais. Dados desse movimento no Brasil mostram uma nova configuração do mundo do trabalho.

Segundo os dados da segunda edição do estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em março de 2021, revelou que 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais estavam inseridas no mercado de trabalho no país em 2019. Esse movimento de inserção das mulheres no mercado de trabalho pode ser considerado uma das consequências do movimento feminista. Essa é uma breve história de como as mulheres conquistaram e chegaram à esfera política, bem como o pontapé inicial para que mulheres indígenas começassem a se mobilizar para o ingresso do cocar feminino no parlamento.

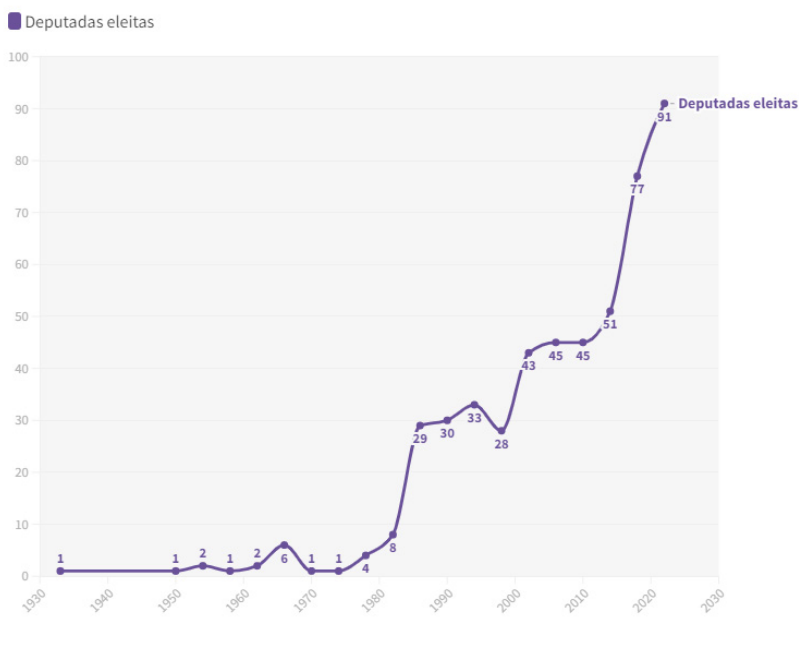
A organização do movimento de mulheres indígenas no Brasil

Historicamente, as mulheres indígenas acompanhavam seus maridos ou pais nas discussões dos movimentos desde a década de 1980. Somente há alguns anos as mulheres indígenas passaram a se organizar como movimentos femininos para discutir questões de gênero e formar as bases indígenas. As duas primeiras organizações de mulheres indígenas surgiram na década de 1980. Foram a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn) e a Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Taracua, Rio Uaupés e Tiquié (Amitrut). As demais foram todas constituídas a partir da década de 1990.

Segundo a assessora política da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Valéria Paye Kaxuyana, no livro *Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas*, de 2008, a maioria das demandas das mulheres indígenas, na época, estavam relacionadas às questões de saúde e educação indígena, sem se atentar para o enfoque de gênero. O cientista social e doutor em Antropologia Ricardo Verdum, cita, também na obra, que esses foram os dois desafios na consolidação do movimento das mulheres indígenas no Brasil: a sua institucionalização e a legitimidade jurídico-política no campo indígena brasileiro.

A mobilização do movimento das mulheres indígenas se deu, inicialmente, devido às resistências dentro dos seus povos. Antigamente, as comunidades eram controladas por homens, devido à divisão do trabalho. No entanto, Verdun defende que a mobilização das mulheres ocorreu em virtude das exigências das políticas públicas para seus povos. A parlamentar eleita Célia Xakriabá, durante a palestra Mulheres indígenas, resistência e protagonismo, realizada na Universidade de Brasília, em 2018, e exibida no Youtube, destacou que os diversos movimentos políticos de resistência das mulheres indígenas de diferentes etnias estão, pouco a pouco, construindo espaços de maior visibilidade política.

Como está a bancada feminina e indígena na Câmara



Fonte: Câmara dos Deputados

No entanto, vale destacar também que, por outro lado, nas eleições de 2022, o voto popular elegeu duas deputadas federais trans — Erika Hilton (Psol-SP), que havia sido a vereadora mais votada para a Câmara Municipal de São Paulo em 2020; e Duda Salabert, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Minas Gerais, que também foi a vereadora eleita com o maior número de votos em sua cidade, Belo Horizonte, em 2020.

No geral, entre os estados que tiveram os maiores índices de representatividade feminina na Casa Legislativa estão o Acre e o Amapá, que elegeram, cada um, três mulheres (37,5%) do total de oito vagas a que cada um dos dois estados têm direito na Câmara. Em seguida, aparecem Goiás, em que seis dos 17 parlamentares eleitos são do gênero feminino (35,3%); Santa Catarina, em que cinco são mulheres entre os 16 eleitos (31,3%); e o Pará, em que as mulheres ocupam cinco das 17 cadeiras disponíveis (29,4%).

O crescimento, no entanto, desacelerou entre a eleição de 2018 e a que aconteceu em 2 de outubro de 2022. De 2010 para 2014, foram seis mulheres a mais eleitas. De 2014 para 2018, foram 26 mulheres a mais. De 2018 para 2022, foram 14 a mais. Nas eleições de 2022, entrou em jogo uma nova regra do TSE que buscou aumentar a representatividade feminina na Câmara. A Emenda Constitucional n.º 111 de 2021 faz com que os votos em candidatas mulheres – assim como para pretos e pardos – tenham peso dois no cálculo dos fundos eleitoral e partidário das eleições seguintes, valendo essa regra até as eleições de 2030.

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), as mulheres são maioria no país. Os dados divulgados em julho de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 51,1% da população brasileira em 2021 era do sexo feminino. O dado representa 4,8 milhões de mulheres a mais que homens no Brasil.

Apesar disso, o número de mulheres eleitas ainda está longe de espelhar a sociedade. A coordenadora da área de Justiça Racial e de Gênero da Oxfam Brasil, Tauá Pires, em entrevista ao portal Brasil de Fato, em outubro de 2022, destaca que, para que a quantidade de candidaturas de homens e de mulheres se iguale, seguindo o ritmo

atual, seriam necessários 144 anos. O número é resultado da pesquisa divulgada pelo relatório Desigualdade de Gênero e Raça na Política Brasileira, produzido pela Oxfam Brasil e pelo Instituto Alziras. O documento analisa as eleições de 2016 e 2020 e foi lançado em julho de 2022.

Ainda segundo Tauá Pires, o relatório informa que as candidatas têm maior nível educacional que os homens, ou seja, os homens não seriam escolhidos por serem mais competentes, mas sim por terem melhores condições de competir. Para as eleições de 2022, 90,7% das candidatas mulheres tinham ao menos ensino médio completo, enquanto 89,17% dos homens estavam na mesma condição.

A União Interparlamentar (UIP), organização global que reúne 193 países, informa que a participação das mulheres nos parlamentos é de 26,4%, em média. O ranking da mesma instituição coloca o Brasil no 146º lugar na participação de mulheres entre os 193 países analisados. Na América Latina, Cuba e México têm melhores desempenhos, com 53,4% e 50% dos assentos parlamentares ocupados por mulheres, respectivamente. Os dados foram divulgados em agosto de 2022.

Apesar do crescimento da bancada feminina em 2022, ainda há uma sub-representação no Congresso Nacional. Um levantamento da União Interparlamentar (UIP), de 2021, relembra que a média de participação de mulheres em parlamentos pelo mundo é de 26,4%.

Apesar de haver uma série de incentivos para aumentar a representatividade feminina e, principalmente, indígena no parlamento, eles ainda parecem ser insuficientes na prática, como é representado nos últimos números de deputadas eleitas e que vão compor a Câmara nos próximos quatro anos. Ressalta-se que, entre as medidas, estão a obrigação de cada partido indicar pelo menos 30% de candidatas mulheres. Além disso, o mesmo percentual mínimo, de 30%, deve ser dedicado a elas na destinação de recursos do fundo eleitoral e do tempo de TV. No entanto, muitas vezes são lançadas “candidaturas-laranja” de mulheres, ou seja, de fachada, para garantir o cumprimento da legislação eleitoral.

CAPÍTULO 3

A pauta indígena na cobertura midiática
de 2022

Apauta indígena tem sido intensificada nos últimos anos, sendo evidenciada, principalmente, por meio das lideranças indígenas espalhadas por todo o país. A visibilidade midiática alcançada por alguns desses representantes reforça que as bandeiras dos povos originários estão cada vez mais fortes.

Lideranças apontam que a defesa dos povos indígenas sofreu forte ataque durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Na avaliação de Thiago Anacé, entre as principais ameaças aos direitos dos povos originários, esteve a secundarização das competências da Funai, entidade que teria sido “aparelhada para não funcionar”. “Foram colocadas pessoas lá para travar o processo”, criticou.

Em 2022, principalmente durante o período eleitoral, também estiveram em evidência temas como as disputas por terras indígenas, o combate ao desmatamento, os cuidados com o meio ambiente, o acesso à educação de qualidade e a inclusão política e cidadã dos povos originários.

No ano em que se acirrou a disputa eleitoral, especialmente para o cargo máximo da República, as questões indígenas não poderiam ser ignoradas. Com isso, fez-se notória uma atenção maior da mídia para as questões dos povos originários. A cobertura jornalística sobre as questões indígenas durante as eleições é o principal ponto a ser discutido neste capítulo.

Este livro-reportagem se dedicou à análise do conteúdo publicado em três veículos jornalísticos de contexto local e nacional: o jornal O Povo, do Ceará, O Estado de S.Paulo (Estadão) e a Folha de S.Paulo, sendo estes dois últimos de caráter nacional. O período observado vai de 16 de agosto a 2 de outubro, período oficial da campanha eleitoral no Brasil, conforme calendário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A seleção dos veículos foi justificada por sua grande circulação no contexto ao qual se vinculam, pela disponibilidade do conteúdo e viabilidade das ferramentas de busca textual – principalmente em sua versão online – e por apresentarem uma quantidade significativa de textos a serem analisados durante o período das eleições. Os três veículos jornalísticos totalizaram 43 conteúdos sobre questões indígenas publicados durante o período eleitoral. Os assuntos analisados foram:

demarcação das terras indígenas, desmatamento, garimpo ilegal e invasões nas terras dos povos originários do Brasil.

No jornal O Povo, o periódico que possui versão impressa e online publicou 14 matérias com assuntos relacionados às pautas indígenas. Já a Folha de S.Paulo publicou nove textos acerca dos temas. Por sua vez, o Estadão liderou o ranking, com 21 textos publicados no período eleitoral que abordaram as questões indígenas. Para a seleção das matérias a serem analisadas, foram utilizados como termos de busca nas páginas eletrônicas dos jornais as seguintes palavras, assim como suas variações gráficas: “indígenas”, “terras indígenas”, “povos indígenas” e “povos originários”.

Veículo	Agosto	Setembro	Outubro
Folha de São Paulo	3	6	0
O POVO	5	9	0
Estadão	6	14	0

Fonte: Mirla Nobre • Criado com Datawrapper

Marco Temporal e demarcação das terras indígenas

Entre as principais lutas dos povos originários está a defesa dos seus territórios e o combate contra as invasões nas regiões, tendo como principal ameaça a aprovação do Marco Temporal. A medida é uma tese jurídica que surgiu após uma decisão de 2009 do Supremo Tribunal Federal (STF). Na época, de acordo com o portal Poder360, a Corte julgava a quem pertenceria de direito à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, localizada no estado de Roraima. Os ministros, na época, conforme divulgado pela imprensa brasileira, decidiram a favor do povo indígena, argumentando que eles estavam nas terras no dia da promulgação da Constituição de 1988. Devido a esse episódio, começou a ser discutido se os povos indígenas também tinham o direito de reivindicar terras não ocupadas na data da promulgação da Constituição de 1988, data que passou a ser chamada de “Marco Temporal”.

A tese do Marco Temporal, do STF, propõe que sejam reconhecidas aos povos indígenas somente as terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da atual Constituição

Federal, ou seja, até 5 de outubro de 1988. No caso da teoria aceita pelo Supremo, a medida inviabilizaria, conforme publicado no portal G1, a demarcação das mais de 300 terras indígenas ainda não reconhecidas legalmente no Brasil.

A discussão da aprovação da medida voltou a ser discutida no governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Em setembro de 2021, o STF iniciou o julgamento da medida, tendo sido adiado para junho de 2022, quando o ministro Alexandre de Moraes solicitou – por meio de um pedido de vistas, que tem o objetivo de examinar melhor um projeto, adiando a sua votação da tese – a retirada da continuação do julgamento do Marco Temporal para a demarcação de terras indígenas.

Para as lideranças indígenas cearenses Juliana Alves, que é Cacika Irê do Povo Jenipapo-Kanindé, e Marciane Tapeba, que é secretária executiva dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (Condisi) e coordenadora da Amice, o Marco Temporal tem o objetivo de limitar o direito dos povos originários acerca dos seus territórios, especialmente os locais onde ocorreram processos de expulsão ou remoção forçada por conta da expansão da fronteira agropecuária ou invasão de garimpeiros.

A medida também vai na contramão da Constituição de 1988, cujo artigo 231 reconhece “aos povos indígenas direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, sendo de responsabilidade da União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Ainda segundo a Constituição brasileira, as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas são destinadas a eles, sendo permitido o uso exclusivo dos povos originários para posse das riquezas naturais dessas regiões, como solo, rios e lagos. Para o aproveitamento dos recursos hídricos, energéticos, assim como a pesquisa das riquezas minerais em terras indígenas – só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional. A luta contra a autorização da tese do Marco Temporal é uma das principais ações políticas atuais dos povos originários.

O Jornal O Povo publicou dois textos acerca do assunto durante o período eleitoral – um em 16 de setembro e outro em 26 de setembro. No dia 16, foi noticiado que, durante uma reunião com líderes de seis etnias indígenas da Bahia, do Maranhão, de Mato Grosso do Sul e

Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de São Paulo, a presidenta do STF, Rosa Weber, disse, na época, já estar estudando a melhor data para colocar o processo em pauta ainda durante sua gestão, que deve seguir até outubro de 2023. O julgamento sobre o Marco Temporal está paralisado desde junho de 2022.

Conforme o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no texto publicado no O Povo, na época, em apenas dez dias de setembro de 2022, sete índios das etnias Guajajara, Pataxó e Guarani-Kaiowá foram assassinados no Maranhão, no Mato Grosso do Sul e na Bahia, em um contexto de conflitos fundiários. O fato foi um dos principais motivos para 120 lideranças indígenas irem à Brasília para cobrar providências dos órgãos públicos e se reunir com o STF.

A Folha de S.Paulo também publicou dois textos específicos sobre o Marco Temporal durante a campanha eleitoral de 2022. Em 25 de setembro, o veículo trouxe relato sobre uma manifestação do povo indígena Waimiri Atroari, do estado do Amazonas. Eles reuniram-se pela primeira vez para uma discussão contra o Marco Temporal. No protesto, o grupo chegou a sugerir que descumpriria eventual decisão do STF sobre o assunto. Para as lideranças indígenas, a autorização do Marco Temporal irá limitar a extensão da demarcação do território, que já determinada pela Justiça Federal no Amazonas em 2013 e em 2016. As decisões nunca foram cumpridas. As informações constam no texto publicado na Folha.

Outra publicação veiculada no portal jornalístico da data de 17 de agosto trata-se também de um protesto dos povos indígenas sobre o Marco Temporal, desta vez em Brasília. As lideranças contestaram o julgamento da medida foi retirada de discussão pelo STF em 23 de junho e que, até o momento (março de 2023), ainda não foi retomada.

O Estadão, por sua vez, abordou a questão em três textos publicados no período da campanha eleitoral. O mais recente foi publicado em 26 de setembro, a poucos dias da votação do primeiro turno das eleições, que ocorreu no dia 2 de outubro de 2022. Na publicação, o veículo noticiou o posicionamento do candidato à presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva. A matéria informava que o candidato, que venceu a disputa eleitoral no segundo

turno contra Jair Bolsonaro, defendia a demarcação das terras indígenas e se mostrava contra o Marco Temporal.

Em entrevista ao Canal Rural, o candidato petista reforçou o seu posicionamento em defesa da demarcação de terras indígenas e voltou a dizer que, “em um eventual novo governo do PT, não haverá garimpo ilegal”. Conforme a publicação no Estadão, ao ser questionado sobre sua posição em torno do Marco Temporal, o petista disse: “Se a gente quiser manter a cultura indígena, precisamos que eles tenham mais terra”.

As outras publicações ocorreram nos dias 20 de agosto a 16 de setembro. Uma tratou do posicionamento do vice-presidente da República eleito, Geraldo Alckmin, que compartilhou o mesmo posicionamento de Lula acerca da defesa da demarcação das terras indígenas e contrário à aprovação do Marco Temporal. A outra informava que a bancada de parlamentares ligados ao agronegócio se articula para aprovar, logo após as eleições, uma série de projetos de lei que flexibilizam as regras ambientais em todo o país.

Desmatamento

Em 19 de abril de 2022, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) divulgou um estudo que mapeou a derrubada da floresta amazônica ao redor de territórios indígenas com o objetivo de ajudar a evitar que eles sejam invadidos. A pesquisa apontou que a área desmatada na Amazônia em março de 2021 triplicou em relação a março de 2020. O acumulado de janeiro a março em 2021 também apresentou recorde de desmatamento: o total devastado, segundo o estudo, “é o maior da série de dez anos, mais do que o dobro do registrado em 2020”.

Conforme a pesquisa, a terra indígena mais ameaçada pelo desmatamento, em novembro e dezembro de 2021, foi a terra indígena Trincheira/Bacajá, no estado do Pará. O levantamento ainda mostrou que, além de Trincheira, mais outras sete terras indígenas estão entre as dez localidades que registraram mais ocorrências de casos de desmatamento. A partir desses registros, a pesquisa mostra que o Pará tem uma necessidade emergencial de proteção das terras indígenas.

Confira a lista das Terras Indígenas (TI) mais ameaçadas em 2021:

- Uru-Eu-Wau-Wau (Roraima)
- Trincheira/Bacajá (Pará)
- Parakanã (Pará)
- Baú (Pará)
- Cachoeira Seca do Iriri (Pará)
- Arara (Pará)
- Aripuanã (Mato Grosso)
- Karipuna (Roraima)
- Apyterewa (Pará)
- Aripuanã (Mato Grosso e Roraima)

(Fonte: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon))

A pesquisadora do Imazon Larissa Amorim destacou na publicação da pesquisa, por meio do portal Imazon, em 19 de abril de 2022, que “o monitoramento do desmatamento vem como medida fundamental para tentar compreender o que, de fato, está acontecendo dentro das terras dos povos indígenas, assim como nos arredores delas, quais são as atividades que estão sendo articuladas nessas regiões e qual o objetivo dessas ações”. Segundo a pesquisadora, a partir do conhecimento dos territórios mais cercados, os órgãos de fiscalização “podem agir na proteção deles para evitar que a derrubada da floresta avance sobre seus limite”. A pauta sobre o desmatamento é uma das principais lutas dos povos originários porque colocam em preocupação a existência desses povos, além da preservação do meio ambiente.

Durante a campanha eleitoral de 2022, dos 14 textos publicados no jornal O Povo sobre as pautas indígenas, três foram sobre o desmatamento, principalmente da Amazônia. A pauta foi citada pela primeira vez no dia 25 de agosto. No texto, Simone Tebet, que foi candidata do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) à Presidência, disse ser a favor da demarcação de terras indígenas e defendeu que isso ocorra tendo por base estudos antropológicos. Na publicação, Simone

se posicionou contra a invasão das terras.. A declaração foi dada durante debate realizado pelos jornais Valor Econômico e O Globo na rádio CBN, na manhã do dia 25 de agosto de 2022.

O assunto voltou a ser noticiado no veículo de comunicação cearense no dia 5 de setembro. Dessa vez, a candidata do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) à Presidência da República, Vera Lucia Pereira, apresentou, como propostas, o fim do desmatamento.

O último texto sobre a questão do desmatamento durante a campanha eleitoral ocorreu em 6 de setembro, período ainda longo para a votação do primeiro turno das eleições. Neste dia, líderes indígenas, que estavam reunidos em Lima, no Peru, alertaram que a Amazônia encontra-se em “alerta vermelho” porque 26% de seu ecossistema foi destruído pelo desmatamento, pela contaminação e pelo tráfico de drogas.

As lideranças estavam reunidas na 5ª Cúpula dos Povos Indígenas. Na ocasião, lideranças amazônicas e pesquisadores de nove países apresentaram um relatório que mostrou que a Amazônia está em um momento delicado devido aos altos índices de desmatamento e degradação que, conforme o texto, somados, já chegam a 26% da região. Entre as representações, estavam o venezuelano Gregorio Mirabal, líder da Coordenadoria de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (Coica).

Na Folha de S.Paulo, dos nove textos publicados, cinco trouxeram a pauta sobre o desmatamento das terras indígenas durante o período eleitoral. As matérias trouxeram, principalmente, críticas à gestão do governo Bolsonaro. Uma das publicações trouxe o artigo de opinião assinado pela diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Ana Toni, e da assessora de relações internacionais da ICS, Cíntya Feitosa, no dia 2 de outubro de 2022, no qual destacam que “a gestão de Jair Bolsonaro, marcada por retrocessos como recortes de desmatamento e o desmonte de órgãos de fiscalização, fez com que o país passasse de liderança na diplomacia ligada ao tema a uma espécie de pária”. A publicação foi do dia 30 de setembro e leva o título: “Candidatos miram diplomacia ambiental após retrocessos sob Bolsonaro”.

No Estadão, das 20 publicações sobre pautas indígenas, nove foram destinadas ao desmatamento das terras indígenas, principalmente nas regiões da Amazônia e no Pará. Entre eles está um caso – publicado em 13 de setembro – em que indígenas e líderes locais foram alvo de ameaças anônimas de morte após a Polícia Federal realizar operações contra o desmatamento na região de Novo Progresso, no estado do Pará. Outra matéria, publicada em 29 de agosto, destacou que indígenas da Amazônia receberam treino sobre como usar *drones* e *apps* na proteção do meio ambiente com objetivo de proteger as regiões.

Garimpo ilegal e invasões

Uma das preocupações dos povos indígenas e ameaças é a presença do garimpo ilegal que, conseqüentemente, fortalece a dar margem às invasões das terras indígenas. Ambas as atividades ameaçam os povos originários por meio da exploração do meio ambiente em que vivem, além dos impactos sociais sofridos pelas atividades, assim como o abuso sexual de mulheres e crianças indígenas por garimpeiros e demais pessoas que realizam essas atividades ilegais. Na cobertura jornalística, os temas foram noticiados como cobranças e denúncias, mas também como promessas feitas por candidatos, principalmente à Presidência da República, de que facilitaria essa atividade e de outros que combateriam essas ações.

O Jornal O Povo veiculou três textos sobre o tema durante o período eleitoral. Em 31 de agosto, data da primeira publicação, foi destacado o enfrentamento do garimpo ilegal na região amazônica. O ex-presidente Lula, candidato eleito novamente para o cargo, também reafirmou o compromisso de criar o Ministério dos Povos Originários e indicar um indígena para o comando da pasta. Em 5 de setembro, uma publicação mostrou a candidata do PSTU à Presidência da República, Vera Lucia Pereira, apresentando, como propostas, o fim do desmatamento provocado pelo garimpo ilegal na região amazônica. A candidata afirmou que, caso seja eleita, “expropriará as madeiras que fazem queimadas, além de punir os garimpeiros ilegais e os grileiros”.

A Folha de S.Paulo pautou o tema em cinco publicações. Entre elas, um texto do dia 17 de agosto apontou que as invasões e os garimpos em terras indígenas aumentaram 180% sob o governo de Bolsonaro, conforme dado do relatório Violência Contra os Povos

Indígenas no Brasil, lançado em 17 de agosto de 2022 pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

De acordo com a publicação da Folha, o Brasil registrou 305 casos de invasão, exploração ilegal e danos a 226 terras indígenas de 22 estados em 2021, sendo considerado um recorde. Ainda segundo o texto, foi destacado que o documento aponta que 2021 pode ter sido “para muitos povos, o pior ano deste século”. Entre os povos indígenas mais afetados estão os Yanomamis, em Roraima e no Amazonas; os Mundurucus, no Pará; Pataxós, na Bahia; Muras, no Amazonas; Uru-eu-wau-waus e Karipunas, ambos em Rondônia; Chiquitanos, no Mato e os Kadiwéus, no Mato Grosso do Sul.

Ao longo do período, as demais publicações noticiaram conflitos provocados por invasores nas terras indígenas e denúncias de atividades ilegais. O Estadão, por sua vez, publicou cinco textos sobre as temáticas. Em 19 de setembro de 2022, o veículo noticiou que a Polícia Federal prendeu 18 pessoas e a Justiça bloqueou R\$ 5 bilhões do garimpo ilegal de ouro em Rondônia e no Amazonas. Em 21 de setembro, o veículo publicou o posicionamento do atual candidato eleito à Presidência sobre a promessa de acabar com o garimpo ilegal no Brasil.

É importante destacar que, do universo dos 43 textos publicados nos três portais dos veículos de comunicação, todos observaram ter uma abordagem e com estrutura textual informativa. Ainda que alguns deles não tivessem um conteúdo majoritariamente autoral, já que essencialmente elaborado por meio da reprodução de agência de notícias, é possível perceber que os veículos se dedicaram a contextualizar os episódios noticiados, de modo a legitimar a causa indígena.

Durante o período eleitoral, foi possível perceber que a mídia trouxe os principais questionamentos que assombram os povos originários. Os temas, no entanto, foram limitados aos candidatos que disputaram a Presidência da República, com déficit para os demais nomes, principalmente de candidatos indígenas que concorriam aos demais cargos nas eleições de 2022.

CAPÍTULO 4

O uso das mídias digitais no processo
eleitoral

Apropaganda eleitoral tem ocupado cada vez mais o ambiente das redes sociais, especialmente pelo potencial de interação direta com os eleitores. O uso de contas em redes sociais tem sido fundamental para alavancar candidaturas que possuíam poucos recursos financeiros ou pouco tempo de propaganda eleitoral gratuita de rádio e televisão.

Através das redes sociais as quatro candidatas indígenas, eleitas para a Câmara Federal, puderam intensificar suas ações durante as campanhas eleitorais. Para compreender o êxito eleitoral que elas obtiveram, vamos analisar como as plataformas digitais contribuíram com cada uma das campanhas e quais recursos foram usados a favor das candidatas.

Célia Xakriabá

Com mais de 235 mil seguidores nas principais redes sociais, Célia Xakriabá (Psol-MG) iniciou sua pré-candidatura em 1º de junho de 2022, realizando a convocação para o lançamento oficial em 3 de junho. O anúncio da convocação ocorreu por meio do Instagram, a partir de uma postagem no seu *feed*. A líder indígena também utilizou Twitter, TikTok e Facebook durante sua campanha, além de um portal próprio, o www.celiaxakriaba.com, que apresentou as propostas da candidata, seus principais contatos, como assessoria de imprensa, além de um blog de notícias.

Em novembro de 2022, a parlamentar eleita possuía 23 mil seguidores no Facebook, 15 mil do TikTok, 14 mil do Twitter e 183 mil do Instagram. Nesta última plataforma, além de ter sido um local que permitiu que seguidores conhecessem a candidata, foi possível verificar que o contato da indígena com seus seguidores pautava temas, especialmente, relacionados às pautas em defesa dos povos indígenas.

As redes sociais também serviram para a interação com apoiadores políticos – a exemplo de artistas nacionais –, para a convocação de assembleias e para o registro de eventos que contaram com a presença de parceiros estratégicos. As publicações de Célia Xakriabá também se dedicaram a celebrar a cultura indígena, destacando, por exemplo, o cocar como importante símbolo dos povos originários. O perfil da candidata realizou de quatro a seis publicações diárias, entre *posts* no

formato carrossel – aqueles que contam com mais de uma foto no *feed* – e vídeos nos reels – recurso para a postagem de vídeos no Instagram.

No Twitter – que proporciona um contato mais rápido e em tempo real entre os usuários –, o perfil de Célia ajudou a reforçar assuntos da campanha da candidata, mas também foi usado para denunciar ataques aos direitos dos povos indígenas, para debater questões ligadas aos direitos humanos e para compartilhar reportagens de veículos de imprensa nacionais sobre os temas. A conta no Twitter teceu críticas à gestão de Bolsonaro e a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), além de tratar de assuntos como a pandemia da covid-19.

Já no TikTok, o perfil de Célia Xakriabá foi destinado a uma forma mais descontraída de se fazer campanha eleitoral. Na plataforma, foram postados, principalmente, vídeos curtos abordando temas da cultura indígena e das propostas da candidata. Célia aparece em quase todas as publicações, em formato de vídeos descontraídos – a proposta básica do TikTok é apresentar vídeos em que os usuários dublam memes, dançam ou realizem pequenas performances.

No perfil da candidata nas redes sociais, diversos temas políticos foram abordados nesse esquema, com auxílios de músicas e demais elementos visuais disponibilizados pela plataforma. Todos os perfis da candidata receberam auxílio de uma assessoria de comunicação, que gerenciava cada rede social adequando os tipos de publicação para cada perfil.

O perfil da candidata contou com engajamento de cantores e atores nacionais. Entre eles, os artistas nacionais, como Nando Reis, Caetano Veloso, Thiago Lacerda, Wagner Moura e Teresa Cristina. Além disso, o perfil, principalmente, o Instagram, reforçou as alianças indígenas que estavam inseridas no campo da política, como Sônia Guajajara, além das lideranças da base indígena em Minas Gerais e o acesso aos demais públicos, como jovens e adultos através de encontros em universidades, aldeias indígenas e também destacou o reforço em apoio a campanha eleitoral do atual presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).



Xakriabá teve apoio de artistas nacionais, como o cantor Gilberto Gil. Foto: Reprodução/Instagram

Sônia Guajajara

Também ativa nas redes sociais, a liderança indígena Sônia Guajajara, eleita deputada federal pelo Psol, em São Paulo, somava, em novembro de 2022, quase 1 milhão de seguidores nas redes sociais. Desse total, são 617 mil seguidores no Instagram, 166.205 no Twitter, 153 mil no Facebook e 2,3 mil no TikTok. O início da campanha da deputada federal nas redes sociais ocorreu no dia 23 de maio de 2022, com o anúncio da pré-candidatura da liderança indígena para disputar uma vaga na Câmara pelo Psol de São Paulo. O anúncio foi pelo por meio de uma publicação no Instagram e Twitter. O partido, no entanto, só oficializou a candidatura em 30 de julho.

Sônia possui intensa movimentação no Instagram, a rede social em que mais possui publicações e seguidores, sendo 617 mil seguidores e 11,6 mil publicações. No Twitter, a ativista possui mais de 6,4 mil tweets, como são chamadas as postagens dessa rede social. Já no TikTok, a liderança indígena soma 73 vídeos publicados. Em análise das publicações durante a campanha eleitoral, a candidata buscou conversar com o público para explicar as propostas e realizar uma educação cultural acerca dos povos e das lutas indígenas. As

pautas, no entanto, não se limitaram às propostas. A parlamentar eleita também buscou, por meio das redes sociais, abordar temas como meio ambiente, educação, política, segurança e direitos humanos.

Para alcançar um público maior, o principal método foi o uso das redes sociais, principal meio de comunicação para atingir mais rapidamente um maior número de pessoas na atualidade. Nesses meios, também foi reforçada a campanha da candidata por meio alianças de atores políticos, a exemplo do coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos, eleito o deputado federal mais votado em São Paulo, com 1.001.472 votos; e de Célia Xakriabá.

Durante a campanha de Sônia, os discursos políticos, em sua maioria, buscavam falar sobre as propostas da candidata. Eles eram trazidos como uma forma de tentar educar sobre o tema, entre eles destacam-se temas sobre a agricultura familiar, desmatamento da Amazônia, meio ambiente, proteção dos territórios entre outros. Também abordou, por meio das postagens, críticas às decisões da gestão federal atual que afetavam, de alguma forma, os povos originários. Todas as pautas eram destacadas por meio das publicações nas redes sociais, principalmente no Instagram.

Na rede, foram utilizados quase todos os recursos que o Instagram oferece, como publicações no *feed* em formato carrossel, *reels* – que é destinado a vídeos com mais de um minuto –, além dos *stories* – que têm duração de 15 segundos e permanecem no perfil durante 24 horas. A candidata chegava a realizar entre quatro e oito publicações diárias durante a campanha eleitoral.

Outro fator para intensificar a campanha foi a convocação de seguidores para encontros com especialistas e demais figuras para debater diversos temas das propostas e assuntos em pauta no país acerca da proteção dos povos indígenas, principalmente. Nas redes sociais, o local também serviu de cobertura das atividades da campanha de Sônia. A candidata compartilhou idas a universidades, parques, centros e aldeias indígenas em eventos para debater sobre suas propostas e destacar a importância sobre o aumento das mulheres na política brasileira e a construção da bancada do cocar na Câmara dos Deputados.

Apesar de pouca movimentação no TikTok, os vídeos produzidos durante a campanha de Sônia Guajajara trouxeram personagens que engajaram seguidores na sua campanha, como a cantora Anitta. Outros artistas foram Caetano Veloso, Chico Buarque e Arnaldo Nunes. Na plataforma, a candidata também conversou com o público, por meio de um tira-dúvidas sobre diversos temas, além de apresentar suas propostas. As redes sociais da candidata foram administradas por uma equipe de comunicação.



A cantora Anitta apoiou a candidatura de Sônia Guajajara à Câmara Foto: Reprodução/Instagram

Juliana Cardoso

Candidata à Câmara dos Deputados pelo PT de São Paulo Juliana Cardoso também adotou a presença nas redes sociais como uma das principais estratégias para intensificar a sua campanha eleitoral. A parlamentar eleita utilizou três redes sociais no período das eleições: Instagram, Twitter e Facebook. No entanto, a campanha eleitoral da candidata – na comparação com a de Célia e Sônia – não foi tão ativa quanto ao propósito de reforçar sua candidatura. Entre as postagens no Instagram, por exemplo, a parlamentar publicou sobre sua campanha oficial como candidata à deputada apenas em agosto, a poucos meses da votação para o pleito, que ocorreu em 2 de outubro de 2022.

Antes de agosto, Juliana dedicou-se a demonstrar – por meio de suas publicações – forte apoio à candidatura de Fernando Haddad (PT) para o governo de São Paulo e ao candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. No Instagram, Juliana somava no período 24,2 mil seguidores e mais de 5 mil publicações. Atualmente, a atual parlamentar eleita atingiu mais de 26,7 mil seguidores na rede social.

Durante o período eleitoral, a atual deputada federal eleita pelo PT de São Paulo também fez uso de publicações no estilo carrossel e vídeos curtos. Nas publicações, a candidata apresentou as propostas que levará à Câmara, bem como compartilhou diversos encontros com figuras públicas em reuniões, encontros em universidades, órgãos, praças, comunidades indígenas e não indígenas do estado.

No Twitter, Juliana possui mais de 9 mil seguidores e mais de 16 mil tweets. A candidata utilizou intensivamente a plataforma para demonstrar sua oposição ao governo do presidente Jair Bolsonaro, derrotado no segundo turno das eleições, além de demonstrar seu apoio à candidatura de Lula, eleito presidente do Brasil. No Facebook, a candidata soma 109 mil seguidores. As publicações em seu perfil no Facebook durante a campanha foram feitas em conjunto com as publicações realizadas no Instagram: o que era postado na segunda era automaticamente publicado na primeira.



Feed da deputada federal Juliana Cardoso no Instagram nas eleições Foto: Reprodução/Instagram

Silvia Waiãpi

A indígena Sílvia Waiãpi foi a única candidata entre as quatro mulheres indígenas que concorreu por meio de um partido de direita, o Partido Liberal (PL), pelo estado do Amapá, na região Norte do país. Sua campanha nas redes sociais como candidata à deputada federal teve início em 10 de agosto de 2022. A candidata soma mais de 144 mil seguidores nas redes sociais em que trabalhou sua campanha: em novembro de 2022, eram 128 mil seguidores no Instagram, 10,8 mil no Twitter e 6,3 mil no Facebook. A candidata não utilizou a rede social TikTok.

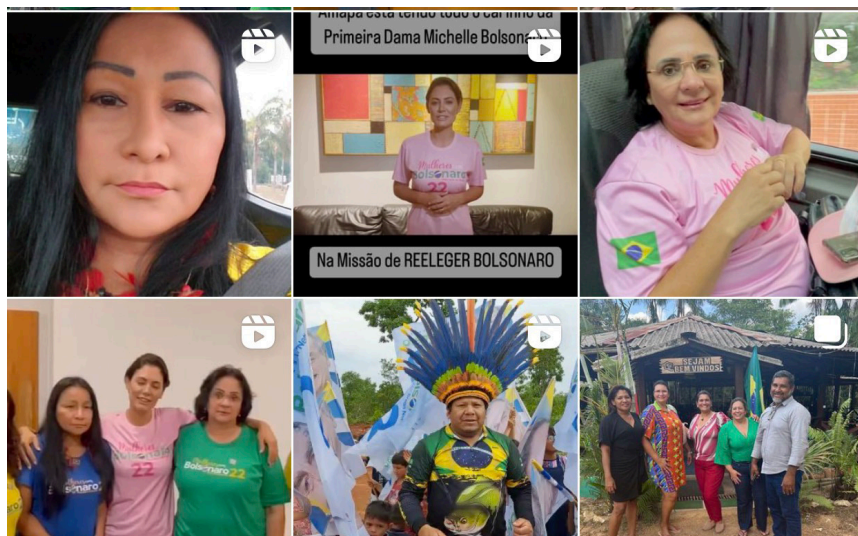
A candidata utilizou o Instagram tanto para fortalecer sua própria campanha, como para apoiar o presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição pelo seu mesmo partido, o PL. Nas postagens, Sílvia também compartilhou encontros que abordaram as propostas de sua candidatura. Além disso, contou com apoio de figuras de partidos de direita, como Carla Zambelli, que foi eleita deputada federal pelo PL de São Paulo, e Damares Alves, do Republicanos, eleita senadora pelo Distrito Federal. Não houve apoio de figuras do meio artístico nacional, como ocorreu na candidatura das demais candidatas indígenas citadas aqui. Entre os recursos, a candidata intensificou as postagens por meio de publicações de vídeos no feed, no formato de reels.

A candidata utilizou o Twitter para demarcar suas posições políticas, apesar de poucas publicações durante os meses de julho a outubro – foram, no máximo, duas publicações diárias no período, chegando, por vezes, a um hiato de semanas sem postagens. No Facebook, a candidata se utilizou de recursos no mesmo formato do Instagram, ou seja, de publicações duplicadas.

Na campanha de Silvia nas redes sociais, foi possível perceber que a candidata não utilizou recursos explicativos para falar sobre suas propostas, diferentemente das outras três candidatas indígenas. As demais utilizaram espaços, como os “destaques” no Instagram, para detalhar ponto a ponto as pautas que desejavam levar à Câmara dos Deputados.

No *feed*, a candidata chegou a compartilhar encontros em aldeias indígenas, fortalecendo que está em busca da luta pelos direitos dos

povos originários. Contudo, é possível verificar que a maioria dessas publicações foi intensificada pela presença de figuras de apoio a Jair Bolsonaro, sendo esses eventos definidos como movimento de “Mulheres com Bolsonaro”, o que vai na contra-mão de demais lideranças indígenas brasileiras.



Feed do Instagram da deputada federal Sílvia Waiãpi durante as eleições Foto: Reprodução/Instagram



Sílvia publicou nas redes sociais imagens de apoio a Bolsonaro Foto: Reprodução/Instagram

CAPÍTULO 5

Primeiros habitantes, conflitos e
conquistas

Foram eles os primeiros habitantes das terras que um dia seriam chamadas de Brasil, muito antes da invasão dos portugueses, em 1500. Dados do último Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil informavam que, em 2010, um total de 896.917 indígenas habitavam o país, representando 305 etnias diferentes. Desse total, 572.083 viviam na zona rural e 324.834 moravam em zonas urbanas brasileiras. No entanto, esse quantitativo populacional já chegou a ser muito superior.

No ano de 1500, a população indígena na chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral ao Brasil era de aproximadamente 3 milhões de habitantes entre mil povos diferentes. Na época, cerca de 2 milhões estavam estabelecidos no litoral do país e 1 milhão estava no interior, conforme dados divulgados pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Os dados apontam que a população indígena sofreu forte extermínio entre os séculos 16 e 21, o que é representado nos dados do IBGE e da Funai. As organizações indígenas apontam que as principais causas para essa redução estão relacionadas aos casos de invasões dos seus territórios, provocando a disseminação de doenças e a exploração sexual e do trabalho, inclusive o infantil.

De acordo com o pesquisador de Saúde Mental Indígena e doutor em Psicologia James Moura, os povos originários têm um histórico de sofrimento de violação e violência dos seus direitos e que a atual reorganização das forças dos povos originários busca por uma reparação histórica da população.

“É preciso trazer um olhar histórico da importância dos povos indígenas dentro da sociedade e rever o processo de colonização que foi caracterizado por muita violência e escravidão. É necessário resgatar uma história contada a partir do ponto de vista das populações indígenas, o que não tem sido feito no país. É tentar e fazer uma reconstrução nacional realinhando a importância dos povos indígenas através da ocupação de espaços”, analisa o pesquisador.

O indígena Gerssem Baniwa, doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB), explica no seu livro *“O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje”*, de 2006, que ocorreu no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese”

ou “reterritorialização”. Esse fenômeno significa o aparecimento de uma nova identidade étnica ou a reivindicação da condição de indígena, seja por pressões políticas ou religiosas. A movimentação, segundo o antropólogo, ocorre desde a última década do século passado.

Na obra, o escritor indígena explica que os povos originários foram forçados a se esconder e a negar suas identidades. A medida foi uma estratégia de sobrevivência e para evitar o preconceito e a discriminação das suas origens. Atualmente, segundo Baniwa, os povos originários estão “reassumindo e recriando suas tradições indígenas”. Ainda de acordo com o indígena Gersem Baniwa, na sua obra publicada em 2006, um dos fatores que contribuíram para o processo de dominação e de extermínio dos povos indígenas do Brasil foi o fato dos colonizadores portugueses terem provocado desentendimentos internos entre os diferentes grupos étnicos. Entretanto, após diversos casos de rivalidade entre os grupos no período colonial, os povos tradicionais se uniram para lutar em conjunto dos seus direitos como primeiros habitantes do país.

Ao longo do tempo, algumas mudanças foram realizadas quanto ao reconhecimento da população indígena. Antes disso, é importante ressaltar o início da mobilização dentro das terras dos povos originários. O antropólogo indígena Baniwa cita que as organizações indígenas foram criadas para representar os interesses dos povos originários. Essas mobilizações indígenas buscam comunicar os seus interesses e demandas dentro da sociedade geral por meio das quais são construídas alianças para atender suas reivindicações.

A atual secretária dos Povos Indígenas do Ceará, Juliana Alves, a Cacika Irê do povo Jenipapo-Kanindé, destaca também a mobilização das mulheres nesse campo. “As mulheres começam a ocupar espaços dentro das suas organizações, se fortalecendo nas suas organizações de base, sendo representadas a nível de estado, a nível a nível nacional”, destaca.

A partir da década de 1970, os povos originários começaram a criar suas organizações representativas. Essa articulação constituem hoje o chamado movimento indígena. Atualmente, conforme o Instituto Socioambiental (ISA), o sistema de informação da instituição conta com mais de 900 organizações indígenas cadastradas no país. No

entanto, ainda segundo o instituto, ainda não é possível constatar um número exato das organizações que se encontram em funcionamento atualmente no Brasil.

As aldeias indígenas tinham apenas lideranças denominadas tradicionais, entre elas a ocupação de Caciques, que tinham a função de organizar, articular e representar a aldeia e seus interesses. De acordo com Baniwa, “os caciques são denominados líderes tradicionais porque seguem as regras herdadas dos seus pais ou ancestrais do povo de origem”.

Com o passar dos anos, no entanto, foram surgindo outras organizações indígenas, com o objetivo de intensificar e modificar a configuração dos espaços de poder dentro das comunidades. Além disso, surgiram novas pessoas que passaram a ter funções importantes dentro das comunidades e, principalmente, em ações ligadas à saúde e à educação.

O antropólogo Gersem Baniwa cita, por exemplo, a função dos professores indígenas, dos agentes indígenas de saúde e de outros profissionais de origem indígena. Em sua obra, Baniwa explica que as lideranças indígenas “são aquelas que recebem tarefas específicas para atuar nas relações com a sociedade não indígena, geralmente pessoas que não seguiram os processos socioculturais próprios ou tradicionais para chegarem ao posto”.

As lideranças indígena exercem funções específicas, entre elas as ocupações de superintendentes e coordenadores de organizações indígenas formais ou até mesmo como intermediários, que buscam realizar uma interlocução entre as comunidades indígenas e as comunidades local, nacional e internacional também.

Para a estudante de licenciatura intercultural indígena, comunicadora e artesã, Janaína Jenipapo, do povo indígena Jenipapo-Kanindé, terra indígena localizada na cidade de Aquiraz, no Ceará, ainda há grande carência de reconhecimento dos povos indígenas atualmente, assim como de grandes lideranças.

“Eles têm voz de luta e buscam melhorias para suas aldeias. No Brasil, de modo geral, precisa ainda se colocar no lugar dele e dá espaço para os donos deste solo. Somos filhos e os primeiros deste país. Eles não descobriram o Brasil, eles invadiram o que é nosso por direito.

Ainda precisa muito ser dialogado sobre a permanência nestes espaços. Seria contraditório você dizer que defende o Brasil se você não defende os povos tradicionais. Não sejam um Pedro Álvares Cabral”, analisa a indígena.

Desencontro de culturas

Alguns historiadores chamaram o primeiro contato entre portugueses e os povos indígenas de “encontro de culturas”, como uma tentativa de amenizar as primeiras relações, historicamente caracterizadas como péssimas, vistas em fatos que marcaram a história do Brasil. Desde que os portugueses chegaram ao Brasil, o processo de colonização foi marcado pelas violências que os povos indígenas sofreram durante o processo de colonização, caracterizando assim um desencontro de culturas. Além dos casos de violência, os povos originários também sofreram com doenças trazidas pelos europeus, entre elas a gripe, a sífilis e a tuberculose.

Os fatos são expostos nos livros de história e em artigos de pesquisadores, como o do professor e doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Leandro Carvalho, que trouxe no portal Mundo Educação uma reflexão sobre o encontro ou desencontro de culturas entre os povos indígenas e os portugueses. Segundo Leandro, a história dos povos indígenas é marcada pela brutalidade, escravidão, violência, doenças e genocídio. No primeiro século de contato entre os portugueses e os povos originários, parte dos indígenas morreu em virtude de doenças trazidas pelos colonizadores.

O Fundo Brasil, fundação sem fins lucrativos em defesa dos direitos humanos no país, informa que, nos séculos seguintes à invasão portuguesa, milhares de vítimas morreram ou foram escravizadas nas plantações de cana-de-açúcar e na extração de minérios e da borracha.

De acordo com o antropólogo, sociólogo, professor, escritor, indigenista e político Darcy Ribeiro, em sua obra “*O Povo Brasileiro*”, de 1995, na primeira metade do século 20, mais de 80 povos indígenas desapareceram no Brasil. O sumiço é apontado pelo antropólogo como decorrência de conflitos armados, epidemias, desorganização social e impedimentos à propagação de sua cultura.

Com o extermínio de povos indígenas e a escravidão, milhares

de famílias se mudaram para áreas remotas, locais de difícil acesso e distantes de centros urbanos, para evitar o contato com pessoas não indígenas. Os impactos negativos desse extermínio foi a perda e a falta de acesso às próprias terras. O cenário levou ao enfrentamento, às invasões, às queimadas, aos grileiros, à fome e à discriminação.

Entre os casos que marcaram os casos de violência contra os povos originários está o caso conhecido como “O Massacre do Paralelo 11”, ocorrido em 1963, no Mato Grosso. O Centro de Referência Virtual Indígena, no seu especial “*Genocídio Indígena: violência continuada*”, destaca o episódio. Como aponta o conteúdo, disponibilizado no portal Armazém Memória, mais de 3,5 mil membros do povo indígena cinta-larga da Amazônia foram mortos por homens contratados por uma empresa de extração de borracha. Os indígenas que sobreviveram ao primeiro ataque chegaram a ser assassinados por seringueiros logo depois. Segundo o especial sobre o episódio, o crime aconteceu com cobertura de funcionários do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), organização criada no ano de 1970, que era responsável pela política indigenista nacional. O SPI foi então substituído pela Funai, ainda hoje em funcionamento. O massacre foi mais um episódio do extermínio dos povos nativos do Brasil.

Outro caso que marcou a morte de milhares de indígenas ocorreu entre 1970 e 1980. De acordo com publicação do portal Fundo Brasil, que traz um artigo em debate sobre a história de luta e cultura dos povos originários, nessa época, ocorreu a construção de hidrelétricas e estradas e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atividades de pecuária e mineração no Brasil. O período foi marcado por diversas mortes de indígenas devido a exploração do trabalho.

Os direitos constitucionais dos povos indígenas

A Constituição Federal do Império do Brasil, conhecida como Constituição de 1824, foi a primeira constituição brasileira, aprovada em 25 de março daquela ano. Na época, as províncias seriam governadas por pessoas indicadas pelo imperador Dom Pedro I. A Constituição Federal do Brasil de 1824 não fazia menção aos povos indígenas. O Brasil teve, até o momento, sete Constituições desde o Império, registradas em 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Os povos

indígenas passaram a constar nelas de modo gradual. A primeira vez em que os povos indígenas foram citados foi na Constituição de 1934, mais de um século depois da primeira constituição brasileira

De acordo com os documentos, que constam no portal da transparência do Senado Federal, todas as Constituições da era republicana reconheceram aos índios direitos sobre os territórios por eles habitados. A Constituição de 1934, no artigo 129, estabelecia: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedados aliená-las”. As Constituições de 1937 e 1946 repetiam os direitos dos indígenas previstos em 1934.

Na Constituição de 1967, no artigo 186, foi “assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes”. Já em 1988, por sua vez, assegurou-se aos povos indígenas o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições reconhecendo, pela primeira vez, o direito dos povos indígenas seguirem suas origens. Algumas iniciativas de proteção aos povos indígenas foram vistas antes de 1988.

Além das menções constitucionais, os povos originários passaram a contar, em 1910, com o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que foi substituído pela Funai, em funcionamento até hoje. A fundação da SPI se deu em um período crítico e perigoso aos povos originários. A época – por volta do ano de 1907 – foi marcada por diversas ações de expansão para o interior, onde se faziam guerra contra os nativos.

O cenário chegou a ser criticado durante o 16º Congresso dos Americanistas, ocorrido em Viena, em 1908, em que o Brasil foi acusado de massacrar os povos originários. Foi nesse cenário que foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que buscava proteger e integrar os povos originários.

O órgão foi criado durante o governo do presidente Nilo Peçanha, que assumiu a presidência após a morte de Afonso Pena, em junho de 1909. A SPI marcou o início da responsabilização do Estado brasileiro quanto à questão dos direitos dos povos indígenas. O acervo do jornal O Globo relembra que o órgão foi marcado por inúmeras denúncias de corrupção, desmandos administrativos e má gestão, sendo extinto em 1967 e substituído pela Funai.

Outra medida criada para assegurar a proteção dos indígenas foi a criação do “Estatuto do Índio”. A iniciativa foi realizada durante a Constituição Federal de 1967 por meio da Lei nº. 6.001/73, que regula a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar sua cultura e integrá-los, “progressiva e harmoniosamente”, “à comunhão nacional”.

Na época, o Estatuto do Índio garantiu aos povos originários a posse permanente de terras e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais das terras que ocupavam, atribuindo à lei federal a tarefa de regulamentar essa garantia. O Estatuto foi a primeira lei a defender, logo em seu artigo 1º, a preservação da cultura das comunidades indígenas. A lei, no entanto, seguiu um princípio estabelecido pelo Código Civil Brasileiro, de 1916, de que os indígenas eram “relativamente incapazes” e deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal, no caso, a Funai.

Apesar dos avanços, foi apenas na Constituição de 1988 que se decretou que os direitos dos indígenas sobre as suas terras são de natureza originária, ou seja, que são anteriores à formação do próprio Estado brasileiro, existindo independentemente de qualquer reconhecimento oficial.

O parágrafo 1º do artigo 231 da Constituição Federal de 1988 estabelece: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”.

A Carta Magna de 1988, do título VIII “Da Ordem Social”, capítulo VIII, “Dos Índios”, expressa duas atualizações em relação às Constituições anteriores e ao chamado Estatuto do Índio. A primeira é o “abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os indígenas como categoria social fadada ao desaparecimento”. A segunda é que “os direitos dos povos indígenas sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários – isto é, anteriores à criação do próprio Estado brasileiro e decorrente do reconhecimento do fato histórico de que os indígenas foram os primeiros habitantes do território brasileiro”.

A atual Constituição Federal define diversas terras ao redor do país como sendo de posse dos povos indígenas. No entanto, a demarcação de uma Terra Indígena precisa de reconhecimento feito pelo Estado. O

objetivo dessa medida é constatar a existência da posse da terra indígena e assim assegurar o direito apenas do povo indígena sobre ela. A obrigação de proteger as Terras Indígenas cabe à União e é uma das principais lutas das lideranças indígenas atualmente.

A Carta Magna de 1988 define que as terras indígenas são “inalienáveis e indisponíveis, e o direito sobre elas é imprescritível”. Além disso, apenas os povos indígenas podem usufruir das riquezas naturais das regiões, como o solo, rios e dos lagos. O texto do documento ainda define como nulos e extintos todos os atos jurídicos que afetem essa posse, exceto ao interesse público da União.

A Constituição de 1988, no entanto, determina que “o aproveitamento dos recursos hídricos de Terras Indígenas – incluídos os potenciais energéticos e as riquezas minerais – só pode ser efetivado com a autorização do Congresso Nacional”. Além disso, é necessário antes ouvir as comunidades afetadas. Por fim, a Carta proíbe a remoção de povos indígenas de suas terras, exceto em casos de emergência.

A Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente renomeada para Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), órgão indigenista oficial do Brasil, explica, por meio do seu portal online, que a demarcação de terras também contribui para diminuir os conflitos pela posse de terras, ponto em que as lideranças indígenas lutam para garantir a eficácia da medida no país.

A presidente da Articulação de Mulheres da Aldeia Jucás, do povo Potyguara, e integrante da Amice, Glória Potyguara, analisa que as novas pastas e a reconfiguração de órgãos irão garantir que os povos indígenas sejam cuidados e que tenham seus direitos garantidos, como a demarcação de terras, evitando, assim, mais invasões e casos de crise humanitária, como o recente caso do povo indígena Yanomami, na Amazônia.

Crise Yanomami

No dia 20 de janeiro de 2023, o Ministério da Saúde decretou estado de emergência em saúde pública na terra indígena Yanomami, localizada entre os estados de Roraima e Amazonas, na fronteira entre Brasil e Venezuela, após receber relatos de médicos que visitaram o local e constataram casos de desnutrição e mortes de crianças na terra indígena. De acordo com dados da Hutukara Associação Yanomami, mais da metade das crianças morreram de malária. O cenário vale a reflexão do porquê a situação ocorreu na região.

Primeiramente, a terra indígena Yanomami fica localizada no norte do Amazonas, região rica em ouro e que atrai a presença de garimpeiros para o comércio ilegal, além do conflito com indígenas. Um relatório divulgado em abril de 2022 pela Hutukara Associação Yanomami alertou ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), pasta da gestão do governo Bolsonaro, sobre os problemas de violência sofridos na terra indígena. No documento, foi informado, principalmente, sobre a presença do garimpo ilegal, detalhando as formas de combatê-lo.

Em janeiro de 2023, já no Governo Lula, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) divulgou um levantamento inicial das omissões da ex-gestão. Conforme o documento, o MMFDH “se eximiu de responsabilidade, seja redirecionando casos de sua competência à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ao Ministério da Justiça, entre outros órgãos do governo, seja simplesmente manifestando não ser o tema de sua atribuição e devolvendo os casos aos remetentes”.

Entre as violências sofridas pelo povo Yanomami estão as invasões de garimpeiros, o comércio ilegal do ouro, casos de desnutrição e doenças, como malária e pneumonia, estupro contra mulheres e crianças indígenas, trabalho escravo, além de episódios de agressão e assassinatos. Foi a partir desse cenário que o atual governo decretou, em janeiro de 2023, emergência de saúde pública.

O caso atualmente é investigado pela Polícia Federal, que também realiza operações contra o garimpo ilegal na região. Além disso, no dia 28 de fevereiro de 2023, o Senado Federal aprovou a ampliação do número de membros da Comissão criada para apurar a crise sanitária na terra indígena.

A liderança indígena do povo Potyguara ressalta que esse cenário também pode ser evitado com a efetividade da demarcação de terras, onde estados e municípios poderão atender às necessidades dos povos indígenas através de políticas públicas e auxiliar no maior controle nas áreas vulneráveis e de difícil acesso, a exemplo do povo Yanomami. Apesar das atuais mudanças na nova gestão federal, anteriormente, durante o governo Bolsonaro, a Funai foi acusada por lideranças indígenas de não atuar na defesa dos povos indígenas no país.

O órgão, que tem o objetivo de proteger os direitos dos povos indígenas brasileiros, em atuação no país desde 1967, quando substituiu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi vista durante o governo Bolsonaro como um órgão que, em vez de proteger os povos originários, reforçou medidas opostas à defesa e à sobrevivência dos povos tradicionais. Esse cenário é destacado pela titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena, Ceiza Pitaguary.

De acordo com a secretária, o desmonte da Funai foi uma forma de parar as ações dos povos indígenas, impossibilitando-os de se movimentarem, principalmente durante o governo Bolsonaro. “A política indigenista foi massacrada e sofreu vários cortes que era para deixar em situação de precariedade para não funcionar”, disse.

O desmonte da missão institucional da Funai, atribuída ao chefe do Executivo, foi detalhada em fatos e números por um dossiê de mais de 200 páginas divulgado em 14 de junho de 2022 pelo portal Brasil de Fato. O documento é um levantamento feito ao longo de três anos pela associação que reúne servidores da Funai, a Indigenistas Associados (INA), e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O texto tem como base documentos oficiais e depoimentos de servidores, conforme publicou o portal Brasil de Fato.

Conforme o portal, o dossiê revela que “apenas duas das 39 unidades descentralizadas da Funai – as chamadas Coordenações Regionais (CRs) – foram chefiadas por servidores públicos. As outras 19 foram coordenadas por membros das Forças Armadas. O restante foi exercido por servidores substitutos ou sem vínculo com a administração pública”.

O documento mostra ainda que a diretoria do órgão indigenista chegou a ser formada por policiais militares. Na gestão anterior, a Funai chegou a ser presidida por um policial federal, Marcelo Xavier. Conforme ainda é destacado no dossiê, o presidente da Funai era considerado uma pessoa de confiança do ex-secretário especial de assuntos fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia.

Ainda segundo a publicação do portal Brasil de Fato, Nabhan se caracterizou pelo seu posicionamento contra a reforma agrária e a demarcação de terras indígenas, uma das principais lutas dos povos tradicionais.

Além disso, segundo o documento, não houve programas orçamentários específicos direcionados aos povos indígenas no Plano Plurianual (2020-2023) ou na Lei Orçamentária de 2020 produzida pelo Executivo. Todo esse cenário demonstra que o governo Bolsonaro transformou a Funai em um órgão anti-indígena durante sua gestão.

Uma das questões que apontam para essa conclusão é a dificuldade quanto à pauta da demarcação de terras durante a gestão, a não aprovação de portarias que restringem o acesso a áreas habitadas pelos povos originários, principalmente aqueles que optam por viver isolados.

Em entrevista ao portal G1, em fevereiro de 2022, o integrante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), organização que luta pelos direitos desses grupos no Vale do Javari, no Amazonas, Beto Marubo, destacou que o órgão federal não movia iniciativas para a proteção desses povos, pelo contrário, deixava em risco de desmatadores e grileiros.

Desde o começo do Governo Bolsonaro, as organizações indígenas denunciavam que a militarização da Funai vinha prejudicando o diálogo entre as representantes regionais e os povos originários. O movimento e as organizações indígenas ressaltam que seguem firmes na luta por direitos básicos e pela aplicação de políticas públicas destinadas aos povos originários. Entre eles, a Anmiga e a Apib, ressaltam que continuarão a ocupar espaços estratégicos de tomadas de decisão – a exemplo do Congresso Nacional – e que as iniciativas são fundamentais para a defesa dos povos originários brasileiros.

Principais fatos sobre os Povos Indígenas no Brasil

1500 - Na chegada dos portugueses ao Brasil, os indígenas não eram considerados humanos e sofreram diversos tipos de violências no processo de colonização.

1611 - A Carta Régia foi a primeira norma que concedeu algum direito aos indígenas. Ela assegurou aos povos originários o direito à propriedade e o direito de ir e vir.

1910 - O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) criado como missão proteger os indígenas de ataques e integrá-los à sociedade. Pela primeira vez, as políticas indigenistas ficaram sob responsabilidade do Estado, e não de instituições religiosas. A SPI deu lugar à Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967.

1988 - A Constituição Federal, a Carta Magna da Nova República, estabeleceu que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

2021 - O Marco Temporal defende que os indígenas precisam comprovar que ocupavam a terra no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal em vigor. O julgamento da medida está paralisado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) atualmente.



Juliana Alves é titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará Foto: Reprodução/Instagram

ENTREVISTA

“Precisamos ocupar o espaço da política no Brasil”

Em entrevista concedida para este livro-reportagem, a mestre em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará, a liderança indígena Juliana Alves – Cacica Irê de seu povo Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, cidade na Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará – analisa a importância da ocupação dos povos originários nos parlamentos local e nacional.

Juliana destaca que a política partidária não foi pensada historicamente para as mulheres nem para os povos indígenas. Para ela, este é um desafio que precisa ser superado. A liderança indígena cearense considera que, das quatro mulheres indígenas eleitas em 2022 para a Câmara Federal, apenas duas delas – Célia Xakriabá e Sônia

Guajajara – representam efetivamente as bandeiras do movimento indígena brasileiro.

Candidata a deputada estadual no Ceará pelo PCdoB nas eleições de 2022, Juliana luta, desde sua infância, ao lado de sua mãe, Cacique Pequena, pela garantia do direito à vida, à educação, à saúde e à terra para os povos indígenas. Ela é uma das fundadoras da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga) e, atualmente, é vice-coordenadora da Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará (Amice) e mestranda em Antropologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Reportagem - Em 2022, houve um recorde de indígenas eleitos na Câmara dos Deputados, sendo quatro mulheres. Como você analisa esse crescimento e o que é que ainda é preciso fazer para aumentar a inclusão dos povos originários no parlamento?

Juliana Alves - Nós ainda precisamos de uma certa forma avançar, em número mesmo, fazendo com que essa representação não venha só para um pleito eleitoral com mulheres que saíram candidatas, mas com mulheres que terão uma estrutura, mulheres que serão importantes para os partidos políticos saírem candidatas, mas, acima de tudo, para que, além de sair candidata, essas mulheres possam ter estrutura para ganhar as eleições. Nós temos aí quatro que, dessas quatro, nós conseguimos identificar apenas duas que são mulheres de luta, que são mulheres de movimento, que são mulheres que estão no âmbito do território, na aldeia, que estão no chão da aldeia, que estão dentro do movimento indígena como um todo. E essas mulheres, essas duas mulheres no caso, a gente direciona quatro, mas nós só temos apenas duas mulheres, que é Célia Xakriabá e Sônia Guajajara, que irão para a Câmara Federal dar essa representatividade aos povos indígenas do Brasil. As outras duas são indígenas, porém a gente não tem a mesma visibilidade porque elas não estão dentro da luta. Não conseguiram ainda ser atuantes para seus povos. Então, é preciso em primeiro lugar que os partidos tenham seriedade e dê a devida importância para as mulheres indígenas, para que essas mulheres possam avançar nesse campo.

A gente teve esse ganho, por exemplo, da Sônia Guajajara e da Célia Xakriabá, porque o partido no qual elas estiveram, na base que elas estavam do partido e no estado que elas estavam, o partido realmente teve seriedade, teve compromisso, deu infraestrutura, investiu na infraestrutura para que essas mulheres viessem a ser realmente eleitas. Se não tivermos estruturas, a gente não vai avançar, porque, infelizmente, não basta só a TV, o rádio. Fazemos a propaganda eleitoral na TV e no rádio, ocupamos a internet na base das redes sociais, mas é preciso dar essa visibilidade no campo mesmo. Então, se a gente não tem uma estrutura mínima, a gente não consegue. Além disso, as mulheres indígenas devem avançar mais ainda nesse campo, estudando mais sobre a política do nosso país e sobre a política dos nossos estados para poder conseguir avançar nesse aspecto.

Você acredita que são também necessárias outras medidas direcionadas à inclusão dos povos originários no Congresso Nacional?

Sim. Eu acredito que, se tivesse realmente essa inclusão, se tiverem operando para que tenha essa representatividade nos parlamentos, eu acredito que a gente vai conseguir avançar. Enquanto não tiver, de uma certa forma, essa credibilidade para que tenha essa representatividade nesses espaços, a gente vai estar ali, competindo com os demais, com aqueles que já têm uma base, por exemplo. Nós, mulheres indígenas, saímos candidatas por um projeto no qual a gente acredita, que é o projeto de vida. Nós acreditamos em uma nova política, nós acreditamos que nós conseguiríamos fazer uma nova política sem negociar votos, que é o que os caras que já estão dentro dessa massa mais fazem. E aí deixam de fazer pela população. Nós não queremos reproduzir a velha política, nós queremos construir uma nova política de outras formas

Qual sua expectativa para o mandato da bancada feminina indígena na Câmara a partir de 2023?

A gente parte do pressuposto e da compreensão de que o número ainda é bem reduzido, é um número bem reduzido principalmente

agora, na Câmara Federal, onde a gente sabe muito bem que os partidos de direita foram os partidos que mais obtiveram êxito, enquanto os partidos de esquerda não tiveram tanto êxito. No entanto, é preciso fazer uma somatória de forças e de lutas para que essa representatividade não seja apenas uma Sônia Guajajara e uma Célia Xakriabá lá dentro. Serão todos os povos indígenas que fazem a militância que estarão junto delas acompanhando e fortalecendo essa luta.

A gente sabe que vai ser uma luta ferrenha, a gente sabe que vai ser uma luta grande, mas é a gente não arredar o pé e não deixar elas em momento nenhum sozinhas. A gente está sempre por perto para dar essa força, mas também para dizer: “Olhe, a gente quer que os projetos que são contra nossas vidas não sejam aprovados”. E a gente sabe que são duas contra vários outros que estão lá dentro com pensamentos diferentes. Sempre que houver alguma votação, sempre que a gente se fizer presente, estaremos em manifesto, como a gente sempre fez

Então, não serão apenas duas mulheres que estarão lá dentro. Estará essa representatividade, mas serão vários corpos, várias mentes de vários espíritos que estarão acompanhando a luta dessas duas mulheres. E a gente compreende que a gente já é vitorioso por ter conseguido que duas mulheres estejam lá ocupando esse espaço. A gente sabe que, pela capacidade, pela autonomia, pelo desenvolvimento, pela metodologia que elas têm, a gente sabe que a gente vai conseguir. Não ainda tudo, porque é apenas um grãozinho de areia muito pequenininho diante de uma montanha grande. Mas o primeiro passo já foi dado, então a gente espera que a gente consiga, com muita representatividade, ter bons resultados nesse pleito.

Quais foram os primeiros movimentos para a chegada da mulher indígena na política?

As mulheres indígenas começam suas próprias organizações no espaço do território das aldeias mesmo, dos seus povos. Então, as mulheres começam desde a década de 1970 a se organizarem para que elas possam estar atuantes nessas militâncias. Até então, há uns 20 anos, a gente via que elas estavam muito limitadas ao campo do

território. E aí o que essas mulheres começam a fazer como estratégia de luta mesmo para que cheguem a esses espaços, espaço da política, espaço de luta e de poder? Essas mulheres começam a ocupar espaços dentro das suas organizações, se fortalecendo nas suas organizações de base, sendo representadas a nível de estado, a nível a nível nacional. E aí ela passa, de uma certa forma, a buscar se fortalecer entre si, de povos para povos, de região para região.

Por exemplo, a gente tem como exemplo a Maninha Xucuru, que veio liderando a nossa articulação dos povos indígenas em Minas Gerais e no Espírito Santo. A Maninha se empodera sendo a primeira coordenadora desse espaço de articulação. Nós temos também o caso da Sônia Guajajara, que ocupa a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, a Apib. E aí nós temos essa mulher que, de uma certa forma, faz uma construção política já agora nos anos 2018 nas eleições presidenciais vindo como vice-presidente ou co-presidenta, que é como a gente chama [em 2018, Sônia Guajajara concorreu na condição de vice na chapa de Guilherme Boulos, do Psol, à Presidência da República].

A gente também prestou esse apoio do Brasil para que essas mulheres pudessem ter essa ajuda, fazendo, também, essa parceria com o Instituto Up Date, fazendo formações, buscando esse campo de atuação mesmo de entendimento da política partidária, de troca de vivências entre mulheres do México, mulheres da Guatemala que já estavam em mandatos. Então a gente foi fazendo essa vivência e foi fazendo uma construção para que esse ano de 2022 saísse esse número de mulheres candidatas.

De 2020 para 2021, a gente começou a articulação de base das mulheres a nível nacional, que é a Anmiga, que é a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade. Essa organização comunga com todas as mulheres de diversos biomas brasileiros, como a caatinga, o cerrado, a mata atlântica, o pantanal, o pampa. Então essas mulheres foram fazendo essa comunhão nessa biodiversidade e foram se sentindo mais fortes, mais representativas. E a gente começa a trabalhar para que essas mulheres possam realmente sentir o chamado da terra para saírem candidatas.

A luta das mulheres indígenas no território brasileiro vem de décadas até se consolidar. Em 2018, depois de mais de 30 anos que se teve o primeiro indígena na Câmara Federal, nós tivemos a primeira mulher indígena a ocupar esse cenário nacional, que foi a Joenia Wapichana, que, infelizmente, não teve êxito nessas últimas eleições. Mas é uma construção que as mulheres indígenas tem se colocado à disposição de construir junto aos movimentos, mas também tendo a compreensão de que a gente precisa estar atuante dentro dessa política partidária, não somente com o movimento indígena, mas com todos os movimentos sociais que comungam da luta desses povos, porque nós entendemos e sabemos que a luta dos povos indígenas é a mesma luta dos povos sem terra, é a mesma luta dos povos ciganos, é a mesma luta do povo quilombola, é a mesma luta do marisqueiro, do pescador, do agricultor, porque todos esses movimentos sociais lutam em prol da sobrevivência, da sua resistência e da garantia de vida.

A gente vem trabalhando esse entendimento, a gente vem buscando ter esse entendimento e se fortalecer mesmo. Eu, como uma das últimas candidatas a deputada estadual aqui, no Ceará, tenho colocado uma frase que é muito importante, que é do movimento das pessoas especiais com deficiência: “Nada para nós sem nós”. É muito importante que a gente passe a ocupar realmente essa frase, de que não basta mais a gente só apoiar terceiras pessoas que chegam lá e dizem ser simpatizantes da nossa luta, que são do movimento e que estão ali buscando essa parceria para serem eleitos, mas, quando chegam a determinados espaços de poder, essa parceria é completamente quebrada, porque não tem uma devolutiva. Então, a gente passou a entender que nós precisamos também ocupar o espaço da política no Brasil.

Lista de entrevistados



Ceiza Pitaguary

Titular da Secretaria de Gestão Ambiental e Territorial Indígena e liderança do povo Pitaguary, em Maracanaú



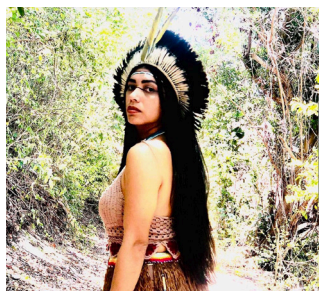
Climério Anacé

Cacique da aldeia Japua, do povo Anacé, em Caucaia, no Ceará



Rosinha Potyguara

Cacika da aldeia Jucás, do povo Potyguara, e integrante da Amice



Janaina Jenipapo

Estudante de licenciatura intercultural indígena, comunicadora e artesã do povo indígena Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz



James Moura

Psicólogo, pesquisador do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) em Saúde Mental Indígena e professor da Unilab



Juliana Alves

Cacika Irê do povo Jenipapo-Kanindé, mestre em Antropologia pela UFC e titular da Secretaria dos Povos Indígenas do Ceará



Thiago Harley Anacé

Professor indígena, mestre em Sociologia pela Uece e liderança indígena do povo Anacé, em Caucaia



Glória Potyguara

Liderança indígena do povo Potyguara, em Jucás, e integrante da Amice

AGRADECIMENTOS

A produção deste livro-reportagem foi um desafio – pelo tema, pela coleta de informações em um curto período e por conciliar a produção com minha rotina de trabalho. Foi desafiador ser produtiva durante esse período intenso. Sou grata a quem me ajudou a não desistir quando senti que não conseguiria entregar a produção dentro do prazo. Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado tanta força no momento em que eu achava que já não tinha. Aprendi a me ouvir e a colocar o tempo no lugar certo durante a produção deste livro-reportagem. Agradeço imensamente ao meu professor orientador, Robson da Silva Braga, por ter aceitado este projeto e por ter me impulsionado a produzi-lo nos últimos meses e não ter desistido. Tive conversas importantes e palavras de amigos que me ajudaram a produzir este livro-reportagem. Sou grata a todos que me ajudaram nestes últimos quatro anos. Agradeço ao meu período de estagiária e repórter no jornal O Povo, que me fizeram crescer como jornalista, onde pude trabalhar com pautas sobre direitos humanos, além de um contato maior com a luta dos povos originários. Agradeço aos meus pais, principalmente à minha mãe, Ana Rosa Bezerra Nobre, por todo o suporte dado nesses últimos anos e por me mostrar a importância da defesa das minorias. Agradeço ao meu pai, Guilherme Nobre, por todo o carinho dado. Ao meu irmão, à minha cunhada e a meus sobrinhos, por me acalmarem nos momentos difíceis. Aos meus melhores amigos, Paulo Victor e Ricardo Andrade, por serem minha válvula de escape nos momentos mais difíceis. Espero que esta produção possa trazer um alerta para a importância da ocupação dos povos originários no parlamento local e nacional, mas também de todas as minorias que precisam lutar pela sobrevivência no país. Obrigada ao leitor e à leitora pela oportunidade de compartilhar esta produção.

Mirla Nobre

Os direitos dos povos originários só foram assegurados, em parte, pela Constituição Federal de 1988. De lá para cá, quando a pauta se refere aos direitos dos povos originários, as tomadas de decisão não são discutidas por quem, de fato, tem o conhecimento sobre os locais por eles habitados. São eles, os povos originários que conhecem cada pedaço do Brasil por serem os primeiros habitantes deste país.

A cada gestão federal, o movimento indígena se mobiliza em prol de políticas de demarcação de terras e de combate a invasões, e explorações indevidas da terra e ao desmatamento. No entanto, para que isso seja intensificado, torna-se urgente a representação indígena dentro dos espaços de poder, para as tomadas de decisões e, principalmente, para defender seus direitos na condição de povos originários. Após anos de uma processual mobilização política, as eleições de 2022 registraram uma significativa representação dos povos indígenas na Câmara dos Deputados, conquistada por meio da forte atuação de lideranças do movimento e das alianças políticas estabelecidas nacionalmente.

Este livro-reportagem apresenta quem são essas quatro representações femininas, como foi o processo eleitoral que as elegeu, quais são as bandeiras de cada parlamentar eleita em 2022 e o que o Brasil e, principalmente, os povos originários brasileiros podem esperar quanto a políticas públicas que promovam seus direitos à terra. Historicamente, com pouca representação nos cargos de poder, os povos indígenas agora ampliaram o protagonismo na política brasileira, de modo coletivo, na atual legislatura (2023-2026), apontando para um possível avanço quanto às suas conquistas e aos estigmas que maculam os povos originários.